



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

**PARQUE SÓLON DE LUCENA: INTERVENÇÃO URBANA E VENDEDORES
AMBULANTES NO CENTRO DE JOÃO PESSOA - PB**

DANIEL GOMES DA SILVA

João Pessoa
2015

DANIEL GOMES DA SILVA

**PARQUE SÓLON DE LUCENA: INTERVENÇÃO URBANA E VENDEDORES
AMBULANTES NO CENTRO DE JOÃO PESSOA - PB**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Bacharel em Geografia, sob a orientação da Prof^ª Dr^ª Lígia Maria Tavares da Silva.

João Pessoa
2015

S586p Silva, Daniel Gomes da.
Parque Sólón de Lucena: intervenção urbana e vendedores ambulantes no centro de João Pessoa – PB./ Daniel Gomes da Silva. – João Pessoa, 2015.

67f. : il.

Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Prof^ª D^ª Ligia Maria Tavares da Silva.

1. Urbanização – João Pessoa. 2. Intervenção urbana.
3. Vendedores ambulantes. I. Título.

UFPB/BS/CCEN

CDU: 911.375.1(813.3) (043.2)

Daniel Gomes da Silva

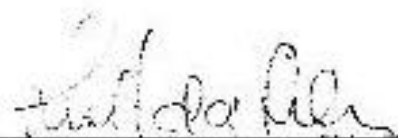
**PARQUE SÓLON DE LUCENA: INTERVENÇÃO URBANA E
VENDEDORES AMBULANTES NO CENTRO DE JOÃO PESSOA - PB**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Geografia da Universidade Federal da Paraíba para a obtenção do Bacharel em Geografia, João Pessoa – PB, novembro de 2015.


Aprovada em: 26/11/2015

Nota: 9,0

Banca Examinadora



Prof. Dr.ª. Lígia Maria Tavares da Silva
(DGEOC – UFPB – Orientadora)



Prof. Dr. Giovanni de Faria Seabra
(DGEOC – UFPB – Examinador Interno)



Dr. Eduardo Pazera Junior
(Pesquisador Avaliador Externo)

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia a Deus, principalmente, como também a minha esposa Márcia e aos meus queridos filhos, Daniel Júnior e Gabriel Victor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Dra. Ligia Tavares por ter contribuído para que esta monografia fosse realizada de forma efetiva, através da sua orientação. E a todos os professores do curso de Geografia que me ajudaram a concretizar este grande sonho da minha vida. Motivo de grande alegria para mim. Um sonho sempre acalentado. Obrigado, meu Deus!

|
|
*A educação é a arma mais poderosa que você pode
usar para mudar o mundo.*

Nelson Mandela

RESUMO

Este presente trabalho aborda o conflito entre o poder público municipal e os trabalhadores ambulantes do Parque Sólon de Lucena, a Lagoa, os quais tiveram que sair daquele espaço, devido a um novo projeto de intervenção urbana. Com o respaldo da legislação municipal e estadual, a prefeitura objetivou removê-los, causando impactos negativos na vida dos trabalhadores que, em alguns casos, passaram mais da metade de suas vidas, sobrevivendo por meio do uso daquele espaço. Constatamos que não houve um acordo justo para os que tiveram de sair, ficando mais de 200 trabalhadores desempregados. Verificamos que este tipo de situação ocorre em outras partes do país e do mundo, tornando-se objeto de grandes discussões na Ciência Geográfica na medida em que muitos trabalhadores ficam fora do mercado de trabalho, em decorrência de transformações espaciais, sem que hajam ações de planejamento e gestão por parte do poder público visando à qualificação dessa população, levando-os à informalidade.

Palavras-chave: Parque Sólon de Lucena. Intervenção urbana. Vendedores ambulantes. Trabalhadores informais.

ABSTRACT

Solon de Lucena Park: urban intervention and street vendors in João Pessoa Centre - PB
This present work deals with the conflict between the municipal government and itinerant workers Solon de Lucena Park, the lagoon that had to get out of that space, because of a new urban intervention project. Backed by local and state law, the city aimed to remove them, causing negative impacts on the lives of workers who, in some cases, spent more than half of their lives surviving through the use of that space. We found that there was not a fair deal for those who had to leave, leaving over 200 workers unemployed. We found that this type of situation occurs in other parts of the country and the world, becoming the subject of much discussion in the Geographic Science, to the extent that many workers remain outside the labor market, due to spatial transformations, without coming into actions planning and management by the public authorities to the status of that population, causing them to informality.

Keywords: Solon de Lucena Park. Urban intervention. Hawkers. Informal workers.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Lagoa após a primeira intervenção Urbanística. 1928.....	30
Figura 2: Imagem aérea do Parque Sólon de Lucena em 1932.	30
Figura 3: Início das obras do Parkway.	31
Figura 4: Momento da demolição das primeiras barracas.....	33
Figura 5: Ponto de ônibus no momento da derrubada das barracas	34
Figura 6: Árvores cortadas para dar lugar à nova pista do BRT.	36
Figura 7: Foto ilustrativa do projeto de reurbanização do Parque Sólon de	39
Figura 8: Placa informando o valor, data de início e conclusão da obra.	49
Figura 9: Banco do parque totalmente destruído	49
Figura 10: Calçadas do parque Sólon de Lucena quebradas em várias partes	50
Figura 11: Outro trecho da calçada do parque totalmente destruído.....	51
Figura 12: Barraquinhas de vendedores eventuais no anel interno do parque	51
Figura 13: Retirada dos entulhos e troncos de árvores jovens	52
Figura 14: Raízes e troncos de árvores derrubadas para passagem de BRT.	58

LISTA DE SIGLAS

ACAPSL –	Associação dos Comerciantes e Ambulantes do Parque Sólon de Lucena
ANVISA –	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BRT –	Bus Rapid Transit
CAGED –	Cadastro Geral de Empregados
CEF –	Caixa Econômica Federal
CNPJ –	Cadastro Pessoal de Pessoa Jurídica
CONPEC –	Conselho de Proteção dos Bens Culturais
EUA –	Estados Unidos da América
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PIB –	Produto Interno Bruto
IPHAEP –	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba
IPHAN –	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MET –	Ministério do Trabalho e Emprego.
PMJP –	Prefeitura Municipal de João Pessoa
PSD –	Partido Social Democrático
PT –	Partido dos Trabalhadores
SEDURB –	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
SEMAM –	Secretaria de Meio Ambiente
SEPLAN –	Secretaria de Planejamento
SMAP –	Sistema Municipal de Meio Ambiente

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
LOCALIZAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA.....	12
2 TRABALHADORES INFORMAIS NO ESPAÇO URBANO: VENDEDORES AMBULANTES E EVENTUAIS.....	14
3 LEGISLAÇÃO ACERCA DO USO, OCUPAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO PARQUE SÁLON DE LUCENA.....	22
3.1 LEIS QUE TRATAM DO ORDENAMENTO URBANO, DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DE JOÃO PESSOA.....	23
3.2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA LEI DO COMÉRCIO INFORMAL, VENDEDORES AMBULANTES E EVENTUAIS NO CENTRO DE JOÃO PESSOA.....	24
3.2.1 Do Comércio Ambulante e Eventual.....	24
3.3 SMAP – SISTEMA MUNICIPAL DE ÁREAS PROTEGIDAS DE JOÃO PESSOA.....	25
4 USOS E TRANSFORMAÇÕES DO PARQUE SÓLON LUCENA.....	29
4.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....	29
4.2 A REMOÇÃO ATUAL DOS QUIOSQUES E BARRACAS.....	32
4.3 INÍCIO DA REFORMA DA LAGOA: ASSINATURA E PUBLICIDADE DA OBRA.....	47
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS	

1 INTRODUÇÃO

O objetivo da presente pesquisa é compreender e fazer um resgate histórico da organização espacial que envolve os vendedores ambulantes que estão instalados na região norte do Parque Sólon de Lucena, no bairro do Centro da cidade de João Pessoa, área conhecida por Lagoa. Veremos também a situação do uso e ocupação neste local por parte desses vendedores que possuem barracas ou quiosques no referido parque. Trataremos também dos vendedores eventuais, os quais circulam nas calçadas da Lagoa, com este mesmo propósito, em busca de clientes para vender seus produtos, estas, são as pessoas que utilizam os ônibus como principal meio de transporte para ir ao Centro de João Pessoa para trabalhar.

Encontram-se, ainda, como usuários desta parte do Centro, pessoas que trabalham ou simplesmente precisam fazer uso de algum serviço disponível como, por exemplo, as repartições públicas, clínicas, lojas comerciais entre outros, bem como, simplesmente, fazer um pequeno passeio. Podemos afirmar que, na sua maioria, as pessoas que utilizam o transporte público, ao descerem nos pontos de ônibus da Lagoa, mantêm contato direto com os ambulantes que lhes oferecem seus produtos naquele espaço urbano. Nosso objetivo consiste em compreender como é a relação dos ambulantes com esse espaço urbano, em suas rotinas de trabalho e como vem sendo impactados com as recentes intervenções urbanísticas naquele espaço urbano.

No Capítulo I, analisamos o uso e ocupação daquela área pelos vendedores ambulantes tendo por embasamento a bibliografia acadêmica produzida na Geografia Urbana, além de observações no local, desses atores sociais, para melhor conhecê-los nos seus modos de trabalhar naquele espaço público. Testemunhamos o drama enfrentado num cotidiano de trabalho, sem a garantia de estabilidade locativa dos trabalhadores, visto ser um local público, propenso à remoção. Por meio da observação, buscamos conhecer esses homens e mulheres trabalhadores que sobrevivem como vendedores ambulantes. Nas fontes bibliográficas desta pesquisa buscamos, além da fundamentação teórica, a pesquisa primária jornalística, visto que o objeto de estudo se apresenta na dinâmica da realidade atual.

No Capítulo II, trataremos da legislação acerca do uso, ocupação e preservação do espaço público do Parque Sólon de Lucena, a Lagoa. Tendo como orientação a questão legislativa relativa ao uso e ocupação por parte dos vendedores ambulantes da Lagoa. Serão considerados como referências o Estatuto das Cidades, o Plano Diretor do Município, o

Código de Posturas da Capital, o Código de Urbanismo, o Código de Meio Ambiente e, por se tratar de um Parque, o Sistema Municipal de Áreas Protegidas (SMAP).

No Capítulo III, contamos a história da Lagoa, a qual faz parte do Centro da cidade de João Pessoa, que por sua vez, contém edificações antigas que remontam à época da colonização. Por isso, são tombadas pelos órgãos que as mantêm preservadas ou, pelo menos, de acordo com a lei, deveriam preservar. Isso mostra a importância histórica do Centro para a identidade da cidade, sendo a Lagoa a primeira área a ter um projeto urbanístico realizado no início do século XX. Nele foi priorizado o aspecto natural, com o objetivo de tornar o local arborizado, apesar da vegetação original ter sido destruída no entorno da Lagoa, quando foi construído o moderno parque, o Parque Solón de Lucena, nome formal da Lagoa. Esta área passou a aglutinar, principalmente, um efervescente comércio local, iniciando assim o desenvolvimento econômico e social no local. Constatamos, assim, nas palavras de Correa (2007, p. 67) quando afirma que a mudança no espaço geográfico “é o resultado do trabalho social que transforma a natureza primitiva, criando formas espaciais diversas sobre a superfície da terra”.

LOCALIZAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

A área da pesquisa possui menos de 100M², (ver mapa 1). De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), todo o parque possui cerca 150mil M² e, foi denominado Parque Sólón de Lucena através do decreto-lei 110 de 27 de setembro de 1924. Em 26 de agosto de 1980, foi tombado pelo IPHAEP com o decreto 8.653. De acordo com o plano Diretor, em seu capítulo III, vemos que o Parque Sólón de Lucena pertence a uma das cinco zonas em que é dividido o Município de João Pessoa, sendo uma zona especial de preservação e interesse social, cultura e lazer, prioritário, portanto, para a preservação dos recursos de natureza ambiental, paisagística, cultural e histórica, os quais lhes são próprios.

No momento da nossa pesquisa o Parque ainda era o *locus* de trabalho de comerciantes e vendedores ambulantes, ou seja, a pesquisa acompanhou o processo de remoção dos mesmos.

Conforme podemos observar no mapa 1, de localização da área, serão consideradas as intervenções anteriores e a atual, onde tais mudanças serão ilustrada através de fotos que mostrarão o Parque anteriormente e com a intervenção atual, faremos a localização da área

para entender melhor este espaço pesquisado, entretanto, os vendedores ambulantes serão os principais atores nessa dialética espaço cidadão.



Mapa: Localização do objeto de estudo a área norte do Parque Sólón de Lucena.

Sabendo que a totalidade do espaço tem conteúdo e forma, revelando-se também pelo seu simbolismo e sua transformação, não há como espacializar uma determinada área sem procurar entender os processos que contribuíram para a transformação da mesma, como nos lembra Souza (1988, p. 21) “a história da sociedade é a história do espaço, testemunhada pelo espaço construído ou humanizado”. Por isso, daremos prioridade nesta pesquisa a quem mais pode elucidar algumas questões pertinentes a este espaço: os próprios ambulantes, para que expressem qual a importância que foi dada a esta classe de trabalhadores nas atuais intervenções urbanísticas do Parque Sólón de Lucena e de que maneira estes atores sociais participaram das decisões das reformas do Parque e quais as consequências para estes atores e a situação dos mesmos sob o ponto de vista legislativo municipal, em relação ao uso e ocupação do solo.

2 TRABALHADORES INFORMAIS NO ESPAÇO URBANO: VENDEDORES AMBULANTES E EVENTUAIS

Para contextualizar a presente pesquisa foi tomado como base alguns eventos que interferiram na natureza daquele espaço urbano, A Lagoa, podendo ser este um dos motivos para o desemprego estrutural que, em maior escala, provoca tantas contradições sociais não só na nossa cidade como também no Estado e no Brasil. De acordo com Gomes (2006), foi a partir da década de 1940 que as cidades brasileiras iniciaram o processo de urbanização, com um fenômeno de migrações campo-cidade que mudou o cenário urbano paulatinamente, até as três décadas seguintes deixando o Brasil de ser rural para tornar-se, definitivamente, um país urbanizado e industrializado a partir de 1970.

Para compreender melhor quem são os indivíduos que sobrevivem do comércio informal no espaço urbano de nossa pesquisa: os ambulantes eventuais e informais, recorremos a Santos (2003) que os classifica de trabalhadores do circuito inferior, pois, há um contato direto com o consumidor nas vendas, mas, sem as formalidades do comércio formal que vende a prazo e requer algumas burocracias, como fazer cadastros dos clientes, etc. Para entender melhor precisamos olhar para nossa história recente.

O Brasil, no início da década de 1940, começou o incipiente processo de implementação do modelo de industrialização, denominado substituição de importações, com isto ocasionando o processo de emigrações em massa, cuja leva de migração rural – urbana transformou o Brasil num país urbano a partir da década de 1970 que, de acordo com o IBGE, se na década de 1960 a área urbana era de 32.004.817 e na rural 38.987.526, com a industrialização consolidada na década de 1970 houve a virada, a população rural passou para 41.603.839⁵.

Nas áreas urbanas hoje, de acordo com o censo de 2010, a população é de 160.925.792 e a rural de 29.830.007, sendo uma margem de mais de 80%, com destaque para a região Sudeste, o que trouxe para as cidades todo tipo de pressão social, principalmente, a questão de emprego e renda.

Na Paraíba, também houve a virada rural-urbano, a qual ocorreu mais tarde, enquanto, na década de 1970 a população urbana era de 1.019,338, na área rural a população era de 1.426.081. Foi somente na década de 1980 que a Paraíba se tornou urbana. De acordo

⁵ IBGE, Censo Demográfico 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Disponível em: www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8 Acessado em: 07 de junho de 2015.

com o censo, a população era de 1.479.705 para área urbana e 1.330.327 para rural⁶. As pessoas que migraram para as cidades em busca de emprego, inicialmente, obtiveram êxito, pois, houve milhares de vagas para trabalhar nas indústrias e na construção civil então efervescente. Porém, houve uma explosão demográfica de modo que, com o passar do tempo, a procura por emprego tornou-se maior do que a oferta, surgindo daí uma massa de desempregados a partir dos anos de 1990.

De acordo com o IBGE (2010-2013) a população da Paraíba é de 3,943,885, a taxa de desempregados na Paraíba é de 8,3%. E em João Pessoa a população é de 723.515, a média de desempregados é de 8%, significando dizer que existe uma média de 58 mil pessoas sem emprego formal somente em João Pessoa. Diante destes índices podemos concluir que existe uma massa de pessoas desempregada bastante significativa e necessitam de estarem economicamente ativos para continuar sobrevivendo.

Preocupado com a pressão demográfica cada vez maior nas grandes cidades, principalmente, na região Sudeste, o Governo Federal decidiu pulverizar investimentos na área industrial para aqueles estados com alto índices de emigrações e para tentar frear e manter as pessoas em suas províncias. Aqui na Paraíba, no final da década de 1970, o município de João Pessoa foi contemplado com um parque industrial bem localizado em uma área cortada pela BR 101 e, este deu nome a um novo bairro para a cidade, o bairro das indústrias. Embora seja digno de nossa constatação, a maioria daquelas empresas que se instalaram naquele momento, depois que findaram as bonificações que as atraíram para cá, já encerraram suas atividades neste município como a *Johnson e Johnson*, a Coteminas, dentre outras.

Como observamos, desde o início da industrialização, rapidamente a oferta por emprego se tornou menor do que a procura, originando também uma massa de desempregados ou como disse Marx (2001, p. 748) “um exército industrial de reserva”, fruto do desemprego estrutural que é a substituição do homem pelas máquinas modernas de fabricação mais rápidas e em série de mercadorias. Essas pessoas, então, sem ter de que sobreviver e sem recursos para entrar no mercado formal, no circuito superior, enveredaram para o comércio informal da economia.

⁶ IBGE, Censo Demográfico 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Disponível em: www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8. Acessado em: 07 de junho de 2015.

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN⁷) aqui na Paraíba, particularmente em João Pessoa, o processo industrial somente teve sua efetivação com a implantação do Distrito Industrial em 1965, muito embora este tenha sido criado desde 1963. Embora funcione, isto pode não representar qualidade de vida para o cidadão, nem justiça social, visto que muitas pessoas não têm acesso aos benefícios que essa mudança deveria representar, como justiça social e acesso a bens e serviços. Tal pesquisa se compromete a desvendar com um olhar geográfico o que está por trás deste fenômeno, todavia, tomando como base o último estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acerca do PIB brasileiro, 54 dos cerca de 5,5 mil existentes no Brasil, municípios concentravam 50% do PIB do país em 2010⁸. Apesar dos grandes investimentos em parques industriais, percebe-se uma grande disparidade na distribuição do emprego e da renda na sociedade brasileira.

Em João Pessoa, foi justamente no Centro, no entorno da Lagoa que surgiram, de forma desordenada, os primeiros vendedores ambulantes do comércio informal ou da economia informal que, oriundos principalmente dessa leva de desempregados potenciais, instalaram-se em pequenas barracas incipientes de madeiras próximas das paradas dos ônibus, com o objetivo de vender suas mercadorias para os transeuntes costumeiros, isto é, trabalhadores e trabalhadoras que se utilizam do transporte coletivo para chegar nesta área central da cidade. Fixaram-se neste espaço como meio de conseguir o sustento para alimentar suas famílias.

Nesta pesquisa, estudamos a situação dos vendedores ambulantes que ocupam o Parque Sólon de Lucena e, para não incorrerem num problema epistemológico, usaremos o termo “vendedores ambulantes”, eventuais ou informais, para dar uma categoria ao nosso objeto de estudo. Utilizamos ainda, o conceito de informalidade, visto que, muitos deles não contribuem com a previdência social e não têm carteira trabalhista, a qual pode lhes garantir direitos essenciais como seguro desemprego, férias e seguro contra acidentes de trabalho. Nesta referida exposição, uma vez que muitos léxicos têm sido usados para definir estes atores sociais que sobrevivem precariamente vendendo nas ruas das cidades tanto mercadorias quanto alimentos, são classificados por vários termos, cheios de antinomias tais como: formal-informal, legal-ilegal, lícito - ilícito, regular-irregular, estruturado-não estruturado, circuito superior-circuito inferior (SANTOS 1978).

⁷ Disponível em: www.iphan.gov.br/pdf/comissãopermanentededesenvolvimentodocentrohistoricodejoaopessoa. Acessado em 28 de maio de 2015.

⁸ Dados disponíveis em www.ibge.org.br.

Souza (2011, p. 145) nos infere uma categoria própria em que denomina de setor informal quando em sua definição diz o seguinte: “o setor informal abrange desde o comércio ambulante até atividades fortemente criminosas, como tráfico de drogas e armas e o contrabando”. No caso deste estudo, não analisamos este setor da economia. Quanto aos demais aspectos, João Pessoa se caracteriza por possuir uma parte significativa do setor informal, o qual absorve, de acordo com o IPHAN⁹, 62% das microunidades existentes no aglomerado urbano, que são divididos entre o que chamaríamos de “setor informal moderno”, no qual estariam incluídos os serviços de conserto, o artesanato de produção, a construção, dentre outros e o “setor informal de atividades marginais”, o qual se enquadraria os camelôs, os serviços pessoais e os trabalhos clandestinos em geral. Para nós, eles são sobreviventes de um sistema que os separa da formalidade.

Sabemos que o comércio informal alimenta o formal num processo dialético desigual e combinado. Conforme nos diz Corrêa (2007, p. 66), “estas atividades do circuito inferior não são independentes das outras, mas como um meio através do qual o processo de acumulação capitalista pode incluir um setor que não é atrativo para a grande empresa”.

Os trabalhadores que sobrevivem desta atividade informal, em sua maioria, são o resultado da reprodução do seu próprio estrato social continuado que são aquelas pessoas que, por motivos diversos, não ascenderam socialmente para o setor da formalidade.

A presente pesquisa busca entender este fenômeno da informalidade que, além de local, também é mundial, sendo um fenômeno de investigação de economistas e geógrafos.

Correa (2007, p. 66), assim define a atividade informal: “Estas atividades do circuito inferior [...] garante determinado nível de subsistência para uma população aparentemente marginalizada que não teria empregos fixos nas atividades modernas”.

De acordo com Damiani (1997, p. 57):

O desenvolvimento industrial permitiu um aumento crescente da população, fator este responsável pelo acréscimo preponderante da habilidade do globo, tendo como consequência destes fatos ocorridos ao longo da história, o advento da superpopulação e, respectivamente, do desemprego.

Com o êxodo rural para as cidades e a conseqüente taxa da exagerada urbanização e o despreparo educacional dessas pessoas criou o fenomenal “exército de reserva” cunhada por Walker (1978 apud SANTOS, 2008, p. 248). Com a industrialização do Brasil no início do

⁹ Disponível em: www.iphan.gov.br/pdf/comissãopermanentededesenvolvimentodocentrohistoricodejoao.pessoa. Acessado em 28 de maio de 2015.

governo Vargas, iniciou-se o processo de urbanização com a migração do rural-urbana a partir da década de 1940 e consolidada na década de 1970. Inicialmente, sabe-se que na sua maioria, essa população foi absorvida em dois principais polos de trabalho: na construção civil e na indústria. E, devido à crescente demanda e, por décadas, ficaram fora do mercado de trabalho milhares de pessoas como não encontraram emprego, tomaram as ruas como meio de sobrevivência, vendendo diversos tipos de mercadorias para poderem sobreviver, mercadoria essas muitas vezes fabricadas nas indústrias que os excluíram do mercado de trabalho em consequência dessa divisão estrutural do trabalho (SANTOS, 2008).

As mudanças verificadas no processo produtivo e na reestruturação das empresas, em um contexto de recessão econômica, têm provocado forte precarização do trabalho. Em meados dos anos 1980, o Brasil, mesmo que tardiamente, iniciou seu processo de informatização e mecanização nas instituições financeiras e industriais, respectivamente, e isso gerou um efeito dominó que obrigou as médias e pequenas empresas a se atualizar, pois, do contrário, teriam que sair do mercado, uma vez que não acompanhariam às novas demandas do progresso (SANTOS, 2003).

Foi a partir dos anos 1990 que se deu a grande mudança neste campo que podemos chamar de desemprego estrutural. A partir de então, grande parte dos postos de trabalho deixaram de existir e, conseqüentemente, o surgimento daqueles operários, que não estavam preparados para entrar no mercado informatizacional e da mecanização, ao tempo que uma máquina industrial elimina vários postos de emprego, substituindo o trabalho do homem em sua atividade laboral. Essa é, portanto, uma das causas do surgimento da informalidade, isto é, dos trabalhadores sem carteira assinada, sem direitos essenciais da previdência do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e assistência em caso de acidente e demais benefícios da carteira assinada. Muitos trabalhadores estavam acima da idade e sem qualificação para serem absorvidos pelo mercado de trabalho (SANTOS, 2003). Ainda, de acordo com Santos (2003, p.103), “a criação de indústrias tão modernas e com baixo coeficiente de ocupação constitui um dos fatores de subemprego e, de não-emprego, portanto, de empobrecimento da população”.

Delimitamos a nossa área da pesquisa numa pequena porção do espaço urbano, na Lagoa, com o propósito de estudar o comércio ambulante, formado por atuais barraqueiros que, são antigos vendedores ambulantes e que passaram a vender mercadorias nos quiosques do local, bem como os vendedores eventuais que convivem neste mesmo espaço oferecendo suas mercadorias aos transeuntes. Os clientes deste pequeno comércio de ambulantes vêm, em

sua maioria, de ônibus dos diversos bairros da capital e utilizam esta área como caminho por diversos motivos conforme os diversos serviços prestados por esta área comercial da cidade.

Consideramos que, por estarem os trabalhadores em um espaço público, e, portanto, sujeitos à remoção por parte do poder público, mesmo instalados em barracas padronizadas pela própria prefeitura, igualam-se também aos que estão na qualidade de vendedores eventuais e da economia informal ou de rua, conforme a definição de Souza (2011, p.145):

A economia informal compreende os indivíduos, firmas e organizações dedicados à produção ou à venda de mercadorias ou à prestação de serviços sem que as atividades estejam constituídas de acordo com as leis em vigor no país: na economia informal não se recolhem impostos, os trabalhadores não são registrados (e, portanto, sua situação trabalhista e previdenciária é precária ou precaríssima) e inexistem uma contabilidade formal das atividades.

Em sua definição, em relação aos vendedores de rua, Santos (1978) diz que os vendedores ambulantes [grifo nosso] e os vendedores de rua constituem o nível inferior da pulverização do comércio, o último elo da cadeia de intermediários entre os importadores, industriais, atacadistas e o consumidor. Não se pode negar que existem muitas vezes, por trás desta atividade, meios escusos para sonegar impostos o que não se aplica necessariamente ao nosso objeto de estudo, mas, Santos (2008) supõe que isso pode ser uma resposta às necessidades próprias do circuito superior do comércio e fabricação, visto que, os comerciantes usam os vendedores de rua para fugir do pagamento de impostos e para poder empregar menores e idosos.

No espaço público da Lagoa, destinado aos vendedores ambulantes e eventuais, algumas barraquinhas no Parque Sólon de Lucena ficam próximo das paradas de ônibus, concorrendo espaço com as pessoas que se servem desse meio de transporte para chegar ao centro ou voltar para casa. A esse espaço público assim se refere Yagizi (1997, p. 27) “o espaço público representa o sustento de várias famílias [...] porque essas populações dependem dessa centralidade para sobreviver”. Estes trabalhadores de rua investem seu tempo oferecendo e vendendo suas mercadorias para sobreviver.

Esse fenômeno urbano do uso do espaço urbano pelos vendedores ambulantes do comércio informal nas ruas é muito complexo e não é atual. Ele acontece desde a primeira revolução industrial até a atualidade, sendo um assunto que intriga os estudiosos da geografia urbana na reflexão acerca desses sujeitos que, já naquela época, territorializavam as calçadas e as ruas da Inglaterra no início do século XVII. Isto foi anotado por Lefebvre (1999), alegando que as pessoas que migraram para sobreviver como ambulantes nas ruas da cidade, no

contexto da revolução industrial na Inglaterra, foram tratados como coisas [grifo nosso]. O cidadão que hoje se submete a passar horas e horas sob condições sub-humanas nas ruas do Parque Sólon de Lucena, no Centro de João Pessoa, que têm um perfil diferente dos seus pretensos clientes nas ruas, percebe que muitas vezes são vistos como subalternos pela aparência que é transmitida aos que os observam e, muitas vezes, são pessoas de pouca ou nenhuma posse e de pouca instrução escolar, sendo lançados na informalidade por não ter outro meio para se sustentar. Por isso vão às ruas, enfrentar uma verdadeira maratona diária da economia informal, sendo para nós, qualificados de “guerreiros lutando para sobreviver com dignidade”.

Retomando a bibliografia, Ramos (2009, p. 200) nos lembra que:

O processo de urbanização teve dois momentos de intenso fluxo, o primeiro momento foi no início da revolução industrial, principalmente na Europa quando se constituíram as grandes cidades industriais de forte concentração humana e baixíssimos índices de qualidade de vida. O segundo momento foi após a 2ª guerra mundial, desta vez de forma mais abrangente formando-se, nos países desenvolvidos, cidades grandiosas dotadas de infraestruturas para população e nos países subdesenvolvidos “bolsões de pobreza” onde a população convive com inúmeros problemas sociais, econômicos, políticos, sanitários e ambientais.

Observamos que vários estudiosos no assunto, mencionados nesta pesquisa, avaliam o processo de urbanização pós revolução industrial nas perspectivas política, sociológica e, principalmente, geográfica. Nesta última, no que tange à Geografia Urbana, propriamente as abordagens dialéticas do espaço remetem à dimensão do espaço combinado e desigual que permeia a teoria da informalidade urbana proposta por Santos (1997), quando discute a economia dos países subdesenvolvidos e a relação de dependência e reciprocidade que existe entre os setores formal e informal. Os autores citados, atentam ainda para a segregação social, o exército de reserva, a migração rural-urbana e o desemprego estrutural que, como vimos anteriormente, refere-se ao trabalhador que foi substituído pelas novas tecnologias. Temos também o desemprego conjuntural, significando aqueles que, por motivo de uma crise econômica, momentânea, em que passa a empresa, o país ou uma crise global, estão desempregados podendo ser readmitidos quando passar a crise, mas, que no momento da crise, permanecem sem emprego formalizado e que já ocuparam, ocupam ou vão continuar a ocupar o espaço público, fenômeno que pode ocorrer em qualquer país, onde, nas partes centrais das grandes cidades, constatará-se a presença desses atores sociais vendendo seus produtos devido ao mesmo motivo: exclusão do mercado de trabalho. De acordo com Santos

(1978, p. 33) “[...] centros urbanos são constituídos, sobretudo pela atuação das atividades do circuito inferior [...]”.

Se para Santos (2008), a divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia, na qual cada lugar, cada subespaço, assiste, como testemunha e como ator, ao desenrolar simultâneo de várias divisões do trabalho. Observamos, em nosso espaço pesquisado, uma pequena divisão territorial do trabalho entre os barraqueiros e os ambulantes eventuais. No entanto, sob a égide da legislação vigente, todos estão sujeitos às decisões do poder municipal quanto a suas permanências, saídas ou reformulações.

3 LEGISLAÇÃO ACERCA DO USO, OCUPAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO PARQUE SÓLON DE LUCENA

Nesse capítulo veremos a legislação que trata do uso e ocupação do espaço urbano do Parque Sólon de Lucena, na qual a Prefeitura Municipal de João Pessoa se baseou para fazer as intervenções urbanas e a desocupação daquela área dos elementos que a compõem: edificações e pessoas. São leis municipais, estaduais e federais que discorrem sobre a questão da ocupação urbana, do uso, bem como da preservação dessas áreas e também sobre a regulamentação do comércio informal.

Destacamos a lei Orgânica do Município de João Pessoa no seu artigo 100, quando se refere às obras públicas:

Nenhuma obra pública, salvo os casos de extrema urgência devidamente justificados, será realizada sem que constem:

I - O respectivo projeto;

II - O orçamento do seu custo;

III - a indicação dos recursos financeiros para o atendimento das respectivas despesas;

IV - a viabilidade do empreendimento, sua conveniência e oportunidade para o interesse público;

V - Os prazos para o seu início e termino.

E no seu artigo 5º, quando se refere ao bem-estar da população:

Ao município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe privadamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

[...]

XIII- planejar o uso e ocupação do solo em seu território;

[...]

XVII- cassar a licença que houver concedido ao estabelecimento que se tornar prejudicial à saúde, à higiene, ao sossego, à segurança ou aos bons costumes, fazendo cessar a atividade ou determinando o fechamento do estabelecimento;

[...]

VI- Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

Destacamos no Plano Diretor Municipal, a competência desse poder em dar toda forma de proteção ao bem-estar da população:

Art. 2º O Plano Diretor tem como objetivo assegurar o desenvolvimento integrado das funções sociais da cidade, garantir o uso socialmente justo da propriedade e do solo urbano e preservar, em todo o seu território, os bens culturais, o meio ambiente e promover o bem-estar da população.

[...]

IX - a prioridade para os pedestres nas arcas de maior concentração de transeuntes e nas proximidades dos estabelecimentos de ensino e obrigatoriedade de calçadas e passeios em forma de proteção da vida humana; (grifo nosso).

3.1 LEIS QUE TRATAM O ORDENAMENTO URBANO E O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DE JOÃO PESSOA

Para entendermos melhor as problemáticas dos conflitos envolvendo o poder público e os atores sociais envolvidos em nosso objeto de estudo, precisamos considerar as leis pertinentes que tratam do ordenamento da política urbana, do uso e ocupação do solo, pois, sem esses paralelos, dificilmente, compreenderemos se está ou não havendo justiça social neste espaço urbano, onde há uma forte concentração de pessoas vindas de todos os bairros da cidade, o que torna este espaço um vetor importante em diversas finalidades laborais.

Então, inicialmente, consideraremos o que diz o estatuto das cidades sobre as competências do poder público municipal, em seu art. 2º:

A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

[...]

II – Gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

Apoiado no que nos diz o inciso II, vemos que de acordo com as entrevistas realizadas com comerciantes e vendedores ambulantes do comércio informal, faltou a participação da maioria deles nas decisões acerca dos seus destinos naquele espaço do parque urbano. Ainda sobre a política de ordenamento urbano, consideramos importante salientar sobre a organização do espaço urbano:

VI – ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:

a) A utilização inadequada dos imóveis urbanos;

[...]

b) O parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana;

[...]

- f) a deterioração das áreas urbanizadas;
- g) a poluição e a degradação ambiental.

3.2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA LEI DO COMÉRCIO INFORMAL, VENDENDORES AMBULANTES E EVENTUAIS NO CENTRO DE JOÃO PESSOA

Tomando como base o Código de Posturas do município de João Pessoa, faremos uma análise espacial onde nosso objeto de estudo está inserido e suas condições de instalações aplicados ao Parque Sólon de Lucena. Dessa maneira essa lei se estenderá sobre as condutas que devem ser adotadas por aqueles que manipulam alimentos e, dessa forma, devem manter também o seu ambiente de trabalho adequado para receber seus clientes os quais exigirão um certo conforto do estabelecimento comercial.

Em seu artigo terceiro, abaixo, o Código de Posturas define o que a responsabilidade pela higiene do lugar é da prefeitura, contudo, o que observamos, é que não há higiene adequada nas barracas daquele espaço público urbano.

Art. 3º Compete ao Poder Executivo Municipal zelar pela higiene, visando a melhoria do ambiente, a saúde e o bem-estar da população.

[...]

IV - dos locais de comércio eventual ou ambulante, bancas de revistas, fiteiros e outros;

3.2.1 Do Comércio Ambulante e Eventual

A lei municipal delimita o que é o comércio ou serviço ambulante e quais seus deveres e atribuições. Estando classificados assim:

Art. 229 - Considera-se comércio ou serviço ambulante, para os efeitos desta Lei, o exercício de venda de porta em porta ou de maneira móvel, nos logradouros públicos ou em locais de acesso ao público, sem direito a permanência definitiva.

Art. 230 - Considera-se comércio eventual para os efeitos desta Lei, o exercício de vendas com apoio para mercadorias, em locais predeterminados pelo órgão de Planejamento Municipal e de fácil acesso ao público, apenas durante o horário comercial.

Art. 231 - O exercício do comércio ambulante e do eventual dependem de licença prévia do órgão competente da Prefeitura Municipal, em conformidade com as prescrições da Legislação Tributária do Município e do que preceitua este Código.

Sendo assim, verifica-se que a atividade informal é dependente de licenciamento, cabendo à prefeitura cancelar a atividade quando lhe convier.

3.3 SMAP – SISTEMA MUNICIPAL DE ÁREAS PROTEGIDAS DE JOÃO PESSOA

O SMAP, Lei nº 12.101, de 30 de junho de 2011, foi criada com a finalidade de normatizar e proteger as unidades de conservação, criadas dentro do nosso município, sendo responsável pela regulamentação ambiental de nossas unidades de conservação e parques públicos ficando a cargo do poder público municipal não apenas gerir, mas também, proteger esses espaços:

Art. 1º Esta Lei institui o Sistema Municipal de Áreas Protegidas de João Pessoa – SMAP, que define e estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação da natureza e dos parques municipais de João Pessoa. (Grifo nosso).

Em seu Art. 2º temos:

[...]

XI) parque municipal: espaço territorial urbano ou rural, com equipamentos sociais, que permitem atividades de lazer, cultura, educação e a preservação do patrimônio ambiental, cultural e similares, legalmente instituído pelo Poder Público, ao qual se aplicam garantias de proteção e gestão;

[...]

Art.7º

[...]

§ 3º O objetivo básico dos Parques Municipais é compatibilizar a preservação ambiental com a inclusão social das comunidades, disponibilizando espaços de mobilidade, lazer, cultura, educação e similares.

[...]

Art. 19. O Parque Temático Urbano tem o objetivo de proporcionar espaços de convivência social e lazer por meio de atividades contemplativas, culturais e educativas baseadas em aspectos de relevância natural, cultural, educativa, histórica e geográfica.

[...]

§ 2º No Parque Temático Urbano em área pública poderão ser admitidas alterações físicas apenas em áreas degradadas e que não descaracterizem a paisagem nativa, com o objetivo de atender ao tema escolhido e em conformidade com o disposto em regulamento e pelo órgão responsável por sua administração e Plano de Uso. (Grifo nosso)

Diante do exposto, observamos que aos parques foram estabelecidas garantias nesta Lei. Porém, até a presente data a Prefeitura Municipal não instituiu a Lei, visto que a responsabilidade de gestão dos Parques deve ser da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMAM), por meio da Divisão de Áreas Protegidas, criada para este fim em 2011, juntamente com a Lei. Tal divisão não está em atividade na SEMAM, que a relegou aos

arquivos mortos, não aplicando na prática os cuidados com os parques previstos na Lei, a saber: a criação de uma equipe gestora e de um plano de manejo. Ao contrário, várias árvores foram cortadas na área do Parque e nenhum estudo de impacto ambiental foi realizado.

Segundo levantamento realizado pelo Professor Lauro Pires Xavier, o conjunto arbóreo do Parque Sólon de Lucena foi dividido pelas suas especialidades botânicas em árvores florestais, ornamentais e frutíferas. (Acervo da Fundação Casa de José Américo, João Pessoa, PB). Entre as árvores florestais (nativas e aclimadas), encontravam-se as seguintes:

- Eucaliptos (Austrália);
- Angico (Paraíba);
- Lírio Cinamono (Ásia);
- Carrapeta ou bilreiro (Paraíba);
- Araçá do mato (Paraíba);
- Pau Ferro (Paraíba);
- Sibipurina (São Paulo);
- Pau-Brasil.

Entre as ornamentais:

- Pau d'arco ou Ipê amarelo (Paraíba);
- Pau d'arco ou Ipê roxo (Paraíba);
- Oiti (Paraíba);
- Gameleira (Paraíba);
- Pororoca (Paraíba);
- Bambu (Malásia);
- Ficos Comum (Ásia);
- Castanha do Maranhão (Guiana);
- Flamboyant (Madagascar);
- Tamarindo (Índia);
- Felício (Exótica);
- Coqueiro dendê (África);
- Carnaubeira (Sertão da Paraíba);
- Palmeira de leque (Amazonas);
- Palmeira real (Antilhas);

- Palmeira Imperial (Antilhas);
- Mulungú (Paraíba);
- Trapiá (Paraíba);
- Sete Copas ou Kapok (Brasil e África);
- Joazeiro (Paraíba);
- Macaibeira (Paraíba);
- Canafístula rósea (Paraíba e Amazonas);
- Canafístula comum (Paraíba);
- Cácia rósea (Java);
- Mororó do Reino (Ásia);
- Cuitezeiro (Amazonas);
- Árvore do viajante (Madagascar);
- Cácia cacho de ouro (Ásia e África);
- Sombreiro (Amazonas);
- Marizeiro (Paraíba);

As árvores frutíferas:

- Mangueira (Índia);
- Jambo do Pará ou Jambeiro (Pará);
- Jambeiro comum (Índia);
- Pitombeira (Paraíba);
- Goiabeira (Paraíba);
- Cajá (Amazonas);
- Fruta-pão (Polinésia).

O Parque foi denominado Parque Sólon de Lucena através do decreto-lei 110 de 27 de setembro de 1924 e teve o seu projeto urbanístico realizado posteriormente pelo paisagista Burlle Max, que introduziu as espécies vegetais listadas, as quais foram sendo aumentadas ao longo de outras administrações. Em 26 de agosto de 1980, foi tombado pelo IPHAEP com o decreto 8.653. Neste espaço, que desde a sua fundação serve como entreposto comercial urbano entre os bairros periféricos e o centro, os governos municipais que sucederam, nunca apresentaram um projeto de aprimoramento do Parque que oferecesse à família pessoense, um conforto contemplativo como existe em outras cidades brasileiras como o parque da Tijuca no

Rio de Janeiro e o parque Ibirapuera em São Paulo, e até na escala internacional, o Central Park, nos Estados Unidos da América. A concepção de parque defendida pelos higienistas, a exemplo de Saturnino de Brito, responsável pelo saneamento da Lagoa e criação do Parque Solón de Lucena, visa tornar as cidades mais limpas e ricas em produção de oxigênio, finalidade da arborização urbana que, além de oferecer paisagismo, tem a finalidade de absorver a poluição causada pelos automóveis nas cidades, o conforto ambiental das sombras e a amenização climática, diminuindo o calor das ruas.

4 USOS E TRANSFORMAÇÕES DO PARQUE SÓLON DE LUCENA

4.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

De acordo com Aguiar (1992), a Lagoa pertenceu aos Jesuítas na primeira metade do século XVIII, sendo uma fração do bairro do Montepio, hoje parque Sólton de Lucena, que tem no interior do mesmo uma enorme lagoa, antigamente conhecida como lagoa dos Irerês e, que tem esse nome da língua Tupy indígena, porque era assim chamados os marrecos que eram abundantes nesta lagoa. Naquela época não havia as palmeiras imperiais e sua vegetação era nativa. Posteriormente, no século XX, seria substituída por árvores mais robustas e sombreiras que atenderia ao modelo paisagístico empregado pelas primeiras cidades projetadas urbanisticamente, com espécies nativas e exóticas.

Em toda a história do parque, desde o primeiro projeto urbanístico higienista, verificou-se outras intervenções urbanísticas que, através do tempo, transformaram a sua paisagem natural, dando novas características que mudaram a sua forma e função, urbana ao longo do tempo. Veremos neste tópico algumas dessas intervenções e seus significados ao longo da história de nossa cidade para chegarmos na atual intervenção sendo realizada no parque. Aguiar (1992) nos lembra ainda que foi no governo de Walfredo Guedes Pereira (1921- 1924), que foram plantadas as palmeiras imperiais e foi no governo Argemiro de Figueiredo (1935-1940), que se iniciou a caracterização do Parque Sólton de Lucena, o *parkway*.

A primeira intervenção urbana no entorno da lagoa ocorreu em 1928 e, posteriormente, em 1932 foi criado o projeto de um *parkway*, no Governo de Antenor Navarro¹², o qual contratou o arquiteto e paisagista Nestor Figueiredo. Esse plano, por sua vez, só foi executado durante o governo de Argemiro de Figueiredo, de 1935 a 1940. Em 1939, deu-se a inauguração do Parque Sólton de Lucena e, um ano depois, no governo do prefeito Fernando Carneiro da Cunha Nóbrega, o paisagista Roberto Burle Marx foi contratado para uma nova fase de intervenções urbanísticas, conforme a figura 1, onde observa-se a presença de pequenas palmeiras plantadas no entorno do parque.

¹² Interventor estadual, designado pelo Presidente do Brasil Getúlio Vargas, para a Paraíba.



Figura 1: Lagoa após a primeira intervenção urbanística. 1928. Acervo Humberto Nóbrega



Figura 2: Imagem aérea do Parque Sólon de Lucena em 1932. Fonte: Acervo do IPHAEP



Figura 3: Início das obras da Parkway. 1938. Avenida Getúlio Vargas e Lagoa, ao fundo. Acervo Gilberto Stuckert.

Por muitos anos, os principais acontecimentos da cidade e os encontros entre os cidadãos foram marcados no Parque Sólon de Lucena. O Parque era palco para manifestação ou festividades, sendo local de tragédia também. No dia 25 de agosto de 1975, quando se comemorava a semana do exército, um barco do exército afundou no momento em que estava conduzindo mais de 150 pessoas, embora a sua capacidade fosse para 80. Morreram 35 pessoas sendo 29 crianças de classe baixa e que residiam próximo ou no mesmo bairro. O jornalista Gilvan de Brito estava no momento do desastre assistindo com seus filhos aos passeios que o barco fazia com as famílias, mas não teve coragem de participar por considerar arriscado, apesar dos apelos dos seus filhos, ainda crianças. Ele conta como assistiu o pânico que se tornou aquele momento:

Era por volta de 17: 45hs, quando minutos depois da partida para um passeio que durava em média vinte minutos, o barco começou a afundar nas águas poluídas da Lagoa. O desespero tomou conta das pessoas a bordo e das centenas que não puderam embarcar e ficaram à espera de seus parentes. Ouviram os gritos desesperados por socorro sem nada poder fazer (BRITO 2011, p. 49).

De acordo com o jornalista, esta não foi a única vez que ocorreu tragédias na Lagoa. Segundo Brito (2011, p 49) “muitos morreram na lagoa, em várias épocas, por razões diversas, a maioria por suicídio”.

Outros momentos que também marcaram o Parque, em seu entorno, foi a existência de uma churrascaria construída nos anos sessenta, de nome Bambú, reduto da elite de nossa cidade, para encontros sociais. Era um local no qual os intelectuais daquela época frequentavam e realizavam entre eles grandes debates tanto na área da política como também na música, literatura, economia e poesia. O fim dessa churrascaria se deu devido a um bárbaro crime ocorrido, quando cinco jovens, filhos da elite local, mataram com requinte de crueldade um taxista, segundo o jornalista Otavio Sitônio Pinto¹³, “a troco de nada”, já que o mesmo teria se recusado a fazer um aluguel do carro ao grupo, no que eles agiram com violência, atirando contra o trabalhador. Apesar da repercussão popular, o crime ficou impune e todos foram absolvidos. Devido ao constrangimento impregnado à elite da época, o então prefeito Dorgival Terceiro Neto¹⁴, ordenou a destruição da churrascaria no dia 21 de novembro de 1971, abafando de vez aquele episódio criminoso.

4.2 A REMOÇÃO ATUAL DOS QUIOSQUES E BARRACAS

No dia 28 de julho de 2015, começou a demolição dos quiosques do Parque Sólon de Lucena sem resistência dos proprietários que tiveram apenas o papel de retirar de seus estabelecimentos os objetos que ainda restavam e carregá-los a um caminhão- baú que estava aguardando o carregamento, bem próximo do local. Entretanto, estivemos acompanhando e fotografando os momentos de demolição da primeira barraca instalada que oferecia para os frequentadores daquela área da cidade um lugar para refeições diárias. Foi um momento constrangedor para todos os que estavam presentes naquele momento, inclusive para os homens da própria prefeitura que tiveram a incumbência de trabalhar na demolição, pois, percebemos em seus semblantes a falta de animação para aquele trabalho. Inferimos, desta feita, que eles, como pessoas que trabalham diariamente para garantir o seu sustento, sabiam que os barraqueiros, sendo trabalhadores iguais a eles, com família, precisavam daquilo para sobreviver. Na figura 4, observamos o momento em que a máquina retroescavadeira estava em ação.

¹³ Otavio Sitônio Pinto: jornalista e membro do IPHAEP, APL e ALAN.

¹⁴ Dorgival Terceiro Neto (1971-1974).



Figura 4: Momento da demolição das primeiras barracas 28/07/2015. Foto do autor



Figura 5: Ponto de ônibus no momento da derrubada das barracas 28/07/2015. Foto do autor

Antes do momento da derrubada, registramos também a indiferença, por parte da população, de transeuntes, diante da derrubada das barracas. Essa população que esperava os ônibus nas proximidades das barracas, fazia-o por questão de segurança contra furtos, visto que elas inibiam as ações de bandidos pela presença constante das pessoas fazendo lanches.

Isso aponta para o fato de que muitos transeuntes e usuários do serviço das linhas do ônibus não têm nenhuma identidade ou sentimento de pertencimento com esse espaço urbano, embora, ao serem entrevistados no local, a maioria reconheceu o papel do parque em oferecer e disponibilizar serviços de alimentação e transporte, sendo um local estratégico para utilizar algum serviço no Centro, além das barracas e quiosques.

O parque Sólon de Lucena simboliza, para muitos moradores que habitam ao seu redor, principalmente, os que moram ali desde a infância, um ambiente bucólico que sofreu mudanças ao longo do tempo. Santos (1994, p. 26) faz sua definição da paisagem como artificial e natural ao dizer que: “a paisagem artificial é a paisagem transformada pelo homem, enquanto podemos dizer que a paisagem natural é aquela que não mudada pelo esforço humano”.

Hoje, os prédios que rodeiam o Parque, possuem finalidades tanto comercial quanto de moradia, com o predomínio do primeiro. Várias lojas se destacaram na paisagem como loja de departamentos francesa, a Mesbla S.A, que encerrou sua atividade em João Pessoa em 1999, perfazendo 88 anos de atividade comercial no Brasil, depois de declarar falência, devido à instabilidade econômica que o Brasil atravessou depois da redemocratização nos anos de 1980. A loja vendia roupas e eletrodomésticos, predominantemente, e, sua instalação ficava no edifício Manuel Pires, onde hoje se situa a loja Esplanada, originária do Estado do Ceará que vende roupas, calçados, bolsas, relógios e tudo para cama, mesa e banho.

Em se tratando de moradias, a reprodução do capital, ativando o mercado imobiliário em direção às praias a partir dos anos de 1960, reconfigurou o uso residencial em comercial, quando as belas casas ao redor da Lagoa deram lugar aos pontos comerciais, restando hoje, poucas residências familiares. Existem, porém, alguns edifícios que absorveram os antigos moradores que optaram em continuar morando no entorno do Parque. São os edifícios Santa Rita, Lagoa center, Caricé, Lagoa Park Hotel, que são, respectivamente, prédios de repartições públicas como o da previdência social e o Procon da Paraíba.

Lojas que se destacam no entrono da Lagoa são: a Esplanada, C&A, Hiperbompreço, Insinuante, Casas Chang, Thiago Calçados, Armazém Paraíba, Laser Eletros, Casa Pio, Atacadão dos Elétros, Banco Itaú, Banca Viña Del Mar, Laboratório Maurílio de Almeida, A Primavera e a Chinesinha. Não podemos deixar de citar também o mercado popular, conhecido como Centro Comercial de Passagem que, formou-se a partir de uma iniciativa do então prefeito Ricardo Coutinho (2004-2010), para atender a carência dos antigos vendedores ambulantes de rua, que, depois de retirados das ruas do centro, foram acomodados neste

espaço que fica na área externa ao parque. Em conversas informais com esses comerciantes, avaliamos que eles estão satisfeitos, organizados em um ponto fixo, pois, é um local bem movimentado devido à presença das paradas de ônibus, as quais produzem um fluxo contínuo de pessoas naquele local, nas proximidades de onde trabalhavam, nas ruas. Todas essas empresas comerciais que circundam o Parque, na área Norte da Lagoa, nosso objeto de estudo, incrementam ainda mais a importância desta área no Centro de João Pessoa tão cara aos pequenos comerciantes, aos vendedores ambulantes a que nos referimos neste trabalho de pesquisa e que foram removidos de seu local de trabalho.

Vimos anteriormente que o Parque possui uma grande variedade de árvores catalogadas e que fazem parte da política de preservação permanente, monitoradas pela Secretária de Meio Ambiente (SEMAM), em parceria com outros órgãos que, igualmente, são responsáveis pelo cuidado para com o Parque, a exemplo do IPHAEP. Como verificamos anteriormente, poucas ou nenhuma restaram da mata primitiva que antecedeu às primeiras intervenções no parque e hoje nos resta o consolo de, estando o mesmo numa área de mata atlântica, foi incluído no Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de João Pessoa, (João Pessoa, 2011) para garantir a sua preservação. Um aspecto de preocupação se deu por parte da população quando a prefeitura anunciou a remoção de árvores, alegando que estavam oferecendo riscos aos pedestres.

De acordo com reportagem do Jornal Correio da Paraíba, do dia 20 de julho de 2015, ao todo, sete árvores foram cortadas, sendo três delas retiradas para que fosse possível o andamento das obras no Parque (Figura 6). Em outra página do mesmo jornal é dado ênfase para a idade das árvores que estão catalogadas como tendo menos de quarenta anos, portanto, eram muito jovens para serem cortadas. Diante disso, devemos lembrar que os cortes das árvores precarizam ainda mais a arborização do parque, dado ao seu uso e ocupação pelos homens e os meios de transporte, trazendo sérios problemas ambientais. De acordo com Ribemboim (2012):

O resultado da má qualidade ambiental das cidades resulta, inclusive, em diversas patologias, como doença respiratórias, alergias, diarreias, e algumas de origem psicológica, decorrente de estresse e ansiedade típicos da “vida moderna (RIBEMBOIM 2012, p. 20).



Figura 6: Árvores cortadas para dar lugar à nova pista do BRT, deixando a população sem o conforto na parada dos ônibus, julho de 2015. Foto do autor.

Conforme Ramos (2009, p. 198), os benefícios oriundos com a arborização são “o condicionamento térmico, purificação do ar, redução da poluição sonora e atmosférica, proteção contra os ventos, além da função paisagística e outros”.

Não se pode negar que a questão ambiental é um problema que implica na qualidade de vida da população e não é exagero dizer que o impacto negativo para os frequentadores do parque são vários, e causam desgosto, levando muitos críticos da cidade, em redes sociais, apelidarem o atual prefeito de “Prefeito Lenhador”. Nossa pesquisa não faz alusão política, contudo, destacamos o pronunciamento de apenas um vereador que desaprovou a derrubada das árvores e, no *site* guia paraibano declarou o seguinte: “a primeira intervenção está acontecendo com a derrubada das árvores centenárias, históricas, e que garantem a oxigenação do parque [...] talvez para inserir uma terceira faixa asfáltica, sem que haja nenhuma explicação plausível¹⁵” concluiu ele.

Mas, não foi somente o vereador que ficou indignado, mas sim toda população que usa o Parque. De acordo com a matéria de uma reportagem televisiva divulgada na TV Correio canal 12¹⁶, em 21 de julho de 2015, a população no geral mostrou indignação e revolta com tal arbitrariedade e o desconforto foi geral, pois, em local que antes havia sombra, o sol está castigando os transeuntes. Na mesma reportagem, anuncia que mais catorze árvores que, estão a sofrer desbloqueio para passar a extensão do corredor rápido e único para o *Bus Rapid Transit* (BRT), terão que sair em questão de dias, somando vinte e uma árvores adultas

¹⁵ Disponível em: www.guiaparaibano.com.br. Acessado em 21 de julho de 2015.

¹⁶ Disponível em: www.youtube.com/watch?v=ay4WwsVasCc. Acessado em 21 de julho de 2015.

retiradas. De acordo com a SEMAM, restam agora 716 árvores no Parque, tendendo a diminuir de acordo com a necessidade do projeto, com predomínio de oitizeiro e ipê que, no parque, são 123 no total, sendo 65 amarelos, 18 roxos e 40 cores-de-rosa, árvores essas que deixam o parque todo amarelo na primavera. Acácias, pau-brasil e as imponentes palmeiras imperiais. Não obstante, na área onde os pedestres mais circulam e se concentram, é que se deu a retirada das árvores.

Tudo do que vimos acima, depõe contra essa administração que, ao nosso ver, faz as coisas sem planejamento e gestão.

Em conversa com os comerciantes locais, para eles ficaria mais barato se a prefeitura fizesse manutenção em parceria com os ambulantes, para consertar as calçadas, bancos e respeitar o meio ambiente, envolvendo assim a sociedade, como foi dito por seu Ary, o que resolveria em muito os problemas do Parque, de modo que manteria o local apto para continuar funcionando, reordenando as atividades de comércio, melhorando a infraestrutura para os transeuntes, sem desmerecer ninguém. Contudo até a presente data, não se sabe os rumos que a prefeitura pretende tomar, visto que o seu projeto publicitário na mídia já sofreu várias alterações, inclusive quanto a previsão de entrega, que não conseguiram cumprir uma etapa sequer.

Como a atual reforma do parque ainda está em andamento, a cada momento surge um fato novo digno de nota. De acordo com o Jornal Correio da Paraíba, dia 6 de agosto de 2015, a obra se encontrava travada devido à falta de repasse dos recursos por parte do Ministério das Cidades e só retornaria a ser feita em 2016. A mesma reportagem da jornalista Aline Martins, diz que “[...] agora, a justificativa é a crise econômica do país [...]”. Mais uma vez chamamos a atenção para o problema recorrente da prefeitura em fazer licitação e assinar a ordem de serviço, prometer a obra como pronta e acabada em um determinado prazo, mas sem a dotação orçamentária garantida.

É importante destacar que o bairro do Centro, onde se localiza o Parque, quando não está em seu horário comercial esconde uma outra realidade. Ele fica abandonado, sem transeuntes. Passear pelo centro comercial passa a ser perigoso, visto que não há segurança pública que ofereça condições contra o assédio dos bandidos contra as pessoas, em particular, no Parque. As pessoas que eventualmente passeiam neste espaço, em muitos casos, são assaltadas, inclusive nas paradas de ônibus dos anéis externo e interno do parque, conforme nós podemos conferir nos noticiários de jornais locais¹⁷. O Jornal Correio da Paraíba de 10 de

¹⁷Como mostram as notícias divulgadas em jornais e portais de notícias do estado: globo.com/...lagoa...inseguranca/3128996/ 5 de fev de 2014,

julho de 2015, ratifica nosso argumento com a seguinte manchete: “Lagoa deve ficar mais insegura: com saída de quiosques, local ficará menos movimentado e frequentadores temem aumento da violência”. Na mesma reportagem, uma frequentadora do Parque resume o sentimento de apreensão que toma conta da população. “Se já tem assaltos e é perigoso com toda essa movimentação, imagine com a saída dos quiosques. Vai ficar pior [...]”, ponderou ela.

Nas entrevistas e questionários realizados ao longo da pesquisa iniciada, formalmente, no dia 17/04/2015, foi possível perceber o estado de pessimismo dos vendedores ambulantes e eventuais instalados na ala norte do parque Sólon de Lucena em relação aos seus futuros como comerciantes nesta área. Observou-se um verdadeiro mal-estar por causa da indefinição das suas permanências naquela área. O Sr. José de Arimatéia, 52 anos de idade, ex-presidente da Associação dos Comerciantes e Ambulantes do Parque Sólon de Lucena (ACAPSL)¹⁸, foi um dos nossos entrevistados. Seu Arimatéia é um dos comerciantes mais antigos do Parque. Ele possuía uma barraca que ficava próxima à loja Esplanada, comercializava café da manhã, almoço ao meio dia e, à noite, servia sopa aos clientes e vendia também pequenos lanches. Seu Ary, como é conhecido, estava transtornado com o que iria acontecer com o seu futuro como comerciante neste local que, segundo ele, mesmo havendo uma grande intervenção no parque, pela primeira vez após a criação do mesmo, nenhum comerciante foi procurado pela Prefeitura Municipal para resolver o futuro das barracas onde eles comercializam, haja vista que, os meios de propagandas na mídia não indicam se haverá algum tipo de comércio igual ao dele no projeto apresentado: “se ao menos fossemos notificados, mas não foi isso o que aconteceu”, disse seu Ary. Ele falou ainda que, nos 32 anos que possuía a sua barraca, todos os prefeitos que fizeram reformas no Parque, marcaram reuniões com todos eles, mas, o prefeito atual nem sequer mandou alguém para conversar. Segundo ele há um fosso enorme entre os vendedores ambulantes e a prefeitura.

Ninguém sabe o que vai acontecer daqui para frente e seu Ary criticou duramente a administração municipal, pois, acredita que será mais uma das excentricidades políticas, das muitas promessas que ele, o prefeito, faz, e acredita que a atual gestão jamais terminará essa reforma antes do fim do seu mandato. Segundo seu Ary, uma revista produzida pelo setor de publicidade da prefeitura, mostrava uma maquete futurista (figura7) e, na descrição da

http://www.jornaldaparaiba.com.br/policial/noticia/150633_inseguranca-esvazia-o-centro-de-joao-pessoa-e-prejudica-comercio. 3 maio 2015 19:10:43. Acessados em 29/06/2015, as 18:31.

¹⁸ ACAPSL, Associação dos Comerciantes e Ambulantes do Parque Sólon de Lucena. Fundada em 21/05/2006, localizada na rua Miguel Couto, edifício VIÑA DEL MAR,251, sala101,1º andar.

revista,¹⁹ a obra teria as seguintes características: nos itens ESPORTE E LAZER teria quadra poliesportiva, quadra de vôlei de praia, apoio das quadras, pista de *cooper*, ciclovia, local para aluguel de bicicletas, aparelhos de ginástica, ala para crianças, áreas gramadas para atividades ao ar livre (como ginástica e ioga), mesas e bancos (para jogos de xadrez e damas), pedalinho, caiaques e trapiche, apoio para pedalinho, caiaques e mirante (para a lagoa).



Figura 7: Foto ilustrativa do projeto de reurbanização do Parque Sólón de Lucena, apresentado na mídia.

Fonte: Revista viva cidade.

No quesito EQUIPAMENTOS, teríamos: banheiros femininos, quiosques de apoio (para venda de água de coco, refrigerantes e sucos), ambientes para administração do parque, área para comércio de artesanato, quiosque de informação, posto policial, estacionamentos e terminal de transportes coletivos. Vemos que, na maquete, apesar de mencionar os atuais proprietários das barracas, não se verifica que local eles ocupariam e, pelo que se observa, o Parque seria administrado pela própria prefeitura municipal, como se faz, por exemplo, no parque Arruda Câmara

Seu Ary, em conversa informal, revelou que fez um projeto e enviou à prefeitura. Segundo ele, esse projeto não é tão utópico quanto o projeto atual, mas ficaria bem interessante, visto que seria mais realista. De início, a sugestão seria tampar todos os buracos existentes nas calçadas para evitar os acidentes que ocorrem diariamente por estarem mal

¹⁹ Revista da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Edição Especial. Julho 2014.

conservadas, revitalizar os bancos que também estão em mau estado de conservação, bem como todo o Parque se encontra em situação de abandono, sem falar num pequeno ravinamento próximo da sua barraca e tudo isso piora nas horas de pico, no comércio da manhã, no meio dia e no final da tarde.

Seu Ary foi um dos primeiros proprietários de barracas na lagoa e o único que restou da primeira leva de ambulantes que se instalou no parque. Por isso, ele ainda lembra da primeira barraquinha de madeira no final dos anos 1980, quando, nessa época, não havia problemas de ordenamento urbano como atualmente existe na legislação municipal. Nos anos 1990, houve um cadastramento feito pela prefeitura e a exigência de adotar um modelo de barraca de ferro, tipo fiteiro, fabricado pela fábrica de nome "FORTEX". No final dos anos 1990, no governo do prefeito Cícero Lucena, após um diálogo com todos os ambulantes e depois de vários acordos, foi decidido que as barraquinhas de ferro se fundiriam e tornar-se-iam quiosques que, ao todo, foram dez quiosques, cada um contemplado com quatro barracas padronizadas, perfazendo no total quarenta barracas, além de dois banheiros, para servir aos próprios contemplados e aos clientes destes. A partir disso, todos sentiram o renascer de tranquilidade, conforme relatou seu Ary, ainda com muita lembrança destes bons tempos para os ambulantes e comerciantes locais, ele lembrou de “uma reforma espetacular”, feita no governo do então prefeito Ricardo Coutinho que, segundo ele, foi quando as barracas deixaram de ser cobertas de palha para ter um material ecológico em sua constituição, deixando de oferecer riscos de incêndio, visto ter havido um em uma das barracas anos atrás.

Em outro momento, dia 04/05/2015, a pesquisa procurou o atual presidente da ACAPSL, seu Arnaldo, conhecido como "mano" que ocupava uma barraca em um dos quiosques há mais de vinte e nove anos. Para saber mais sobre as suas perspectivas com relação à atual intervenção urbanística feita pela Prefeitura Municipal e, este estava visivelmente estressado com o seu futuro como comerciante no Parque Sólon de Lucena. Ele disse que, por diversas vezes, procurou o então secretário de Desenvolvimento Urbano, Rômulo Polari, para tratar do futuro de todos os donos de comércio no Parque e, este afirmou, categoricamente, segundo seu Arnaldo, que, de acordo com o projeto, os comerciantes simplesmente não estavam incluídos na nova configuração do Parque e que procurassem um novo local para se instalar, por conta própria. Segundo seu Arnaldo, mais de duzentas pessoas direta e indiretamente, sobrevivem das vendas dentro do parque, sem falar os fornecedores de mercadorias que abastecem os comerciantes para a revenda. Existem ainda os ambulantes eventuais que, no cair da tarde, dirigem-se ao parque para vender seus produtos que, variam desde alimentos prontos na hora como tapioca, milhos, laranjas descascadas na hora,

pitombas, maçãs, cocos verdes, caldo de cana, seriguela, castanhas assadas, kiwi, churros, bananas, pipocas, guaraná, bombons, água mineral e muito mais, além de itens de uso pessoal como guarda chuvas, roupas, cinto, calçados, chapéus, relógios, bijuterias e tudo o que se pode imaginar. Ele afirma que o prefeito atual não é de diálogo, é prefeito de gabinete e deixa a cabo dos seus auxiliares o destino da cidade. “Veja”!, Disse ele. "Qual é o prefeito que deixa de arrecadar mais de 100 mil reais por mês de um estacionamento como esse aqui da lagoa, já fez quatro meses que este aqui foi fechado, e pelo que me parece, não vai abrir tão cedo novamente" e ainda disse ele "neste momento ninguém está trabalhando nesta reforma e tenho certeza que continuará assim até o fim do seu mandato, nenhum prefeito conseguiu ser tão atrapalhado quanto este".

Para uma melhor abrangência da pesquisa, também ouvimos outro ator dependente deste espaço, um ambulante eventual que ocupa aquele espaço com sua barraca durante o dia e depois recolhe ao anoitecer para guardá-la em algum local de "dormida", um galpão próximo do local, no entorno do parque que é reservado para esses ambulantes que pagam um pequeno aluguel ao dono do estabelecimento e, no dia seguinte, volta para o mesmo local definido como seu lugar de vendas. Seu nome é João, ele se identificou com uma visível desconfiança, mas, depois de algum tempo deu seu depoimento para a pesquisa. Seu ponto fica ao redor das paradas de ônibus que circula a lagoa pelo BRT²⁰. Ele comercializa há mais de dezessete anos no Parque e revelou seu pessimismo em relação ao que vai acontecer com ele e os demais comerciantes que sobrevivem daquele pequeno comércio que, segundo ele, “a prefeitura desde que cadastrou os ambulantes, sempre cobrou de todos pelo uso e ocupação, uma taxa mensal para eles se estabelecerem ali, mas após o início da reforma, não entregaram mais o carnê para recolher a referida taxa”.

Segundo seu João, "essa obra não vai sair", ou seja, para ele não há tempo para que essa obra seja concluída até o fim do mandato do atual prefeito, Luciano Cartaxo. É visível o abatimento de todos aqueles que, como seu João, sustentam-se desse comércio. Uma outra reclamação dele é que não se fala na inclusão deles no projeto atual do parque. Seu João vê algumas irregularidades com alguns barraqueiros donos de quiosque no parque que, segundo ele, alguns não são os verdadeiros donos dos quiosques, mas, eles sub-locam o espaço aos verdadeiros donos para continuar comercializando. Outros, segundo ele, são funcionários públicos e não poderiam, sequer, possuir barraca no parque, por ser contra a lei. Ele acredita

²⁰ BRT: faixa exclusiva para ônibus de passageiros.

que "essa falta de união enfraquece o poder de diálogo para com a prefeitura, e pode está aí a resposta para o distanciamento, a não inclusão nossa no projeto da prefeitura municipal. ”

Outro que sobrevive neste local de venda é seu Reginaldo, comerciante de tapioca. Disse que trabalha neste ramo há mais de quarenta anos. Criou seus filhos com a venda desse tipo de alimento muito apreciado por aqueles que transitam por ali. Ele disse que muitos dos seus clientes têm como hábito tomar o café da manhã com tapioca de diversos sabores como: banana, com queijo e com creme de leite na sua barraca, antes de irem para o trabalho, sendo ele, hoje, muito conhecido. Mas também lamenta muito ter que sair para outro local, o que, para ele, vai diminuir e muito a sua renda, conforme relatou: “Nenhum outro lugar será igual aqui, sinto muito pois tudo vai ser diferente a partir de agora, só tenho isso aqui como fonte de renda, isso não se faz com um pai de família, ninguém foi tão ruim para nós como esse prefeito, acabou” Ele até recebeu uma indicação para ficar dentro da integração dos ônibus, mas, rejeitou por sentir que as pessoas que usam a integração não são potenciais consumidoras de tapiocas, pois, elas já saem do ônibus direto para pegar o próximo que chega e não lhes daria tempo para consumir tapioca. Outro lugar que foi oferecido a ele foi ao lado de um prédio na rua General Osório. Quando ele estava bem animado e começou a se instalar, foi terminantemente proibido, visto que aquele prédio foi indicado pela prefeitura para ser tombado pelo IPHAEP, assim, portanto, não podia jamais existir uma atividade desta funcionando colado a sua parede. Quando seu Reginaldo chegou para trabalhar vendendo tapioca na lagoa no início dos anos oitenta, ainda não havia calçadão no anel interno. No início dos anos oitenta, quando o prefeito era Carneiro Arnold, foi realizada essa obra para fazer o calçadão e seu Reginaldo participou de uma reunião antes da obra e ouviu do então prefeito que não prejudicaria os comerciantes que sobreviviam ali vendendo suas mercadorias, e eles continuaram lá por mais de quarenta anos, quando no dia 31 de Julho de 2015, com o governo do Partido dos Trabalhadores de Luciano Cartaxo, tudo foi destruído sem que os trabalhadores tivessem direito à voz ou espaço no novo projeto.

Outro ambulante que tivemos a oportunidade de conversar no dia 15/ 05/15, foi seu Agnaldo que comercializa há mais de quatro anos no parque. Seu espanto diante do atual quadro de indefinição em relação à reforma urbanística pela qual passa a Lagoa é evidente, pois, ele nem imagina o que acontecerá daqui pra frente. Segundo ele, a prefeitura municipal deixou de recolher o imposto de todos os que trabalham de ambulante no parque desde janeiro: “Nós pagava 240 reais por mês e o carnê era deixado por agentes da prefeitura, só que desde janeiro desse ano os credores não vieram mais, e a gente não sabe o que vai acontecer”. Contudo, ele lamentou que, por causa do fechamento do estacionamento, o movimento de

clientes que se alimentavam caiu muito, “Parece que foi tudo orquestrado para minar conosco, hoje em dia tá difícil até estar em dia com os fornecedores, depois disso, dessa reforma, estamos passando por privações, acabou a bonança dos dias anteriores à reforma” e acrescentou: “quiseram conversar com a gente para indenizar com 100 mil reais, não aceitamos e eles sumiram, mas é muito pouco, como iniciar novamente um negócio aos 60 anos de idade? Ninguém nos empregaria mais para trabalhar em firma alguma”.

Se considerarmos que o Código de Postura prevê essa indenização no seu art. 81, parágrafo § 5º, diz que: § 5º As obras realizadas em logradouros públicos que causem danos ou desvalorizem bens particulares, somente poderão ser executadas com o pagamento de indenização aos respectivos proprietários, [grifo nosso] do mesmo modo que serão cobradas contribuições de melhoria, quando as obras públicas valorizarem bens particulares. De acordo com o Código, a prefeitura cumpriu com o seu dever fazendo uma proposta de indenizar os comerciantes, não obstante, não houve negociação.

E para finalizar a nossa amostragem com os ambulantes no parque Sólon de Lucena, conversamos com um dono de três barracas em um só quiosque, seu Durval Rodrigues Dias, mais conhecido como Dudu, no dia (18/05/15). Sua barraca é conhecida como "DUDU LANCHES", um dos mais antigos donos de quiosque no parque Sólon de Lucena, começou com um fiteiro, antigo modelo de barraco coberto com zinco e que hoje são chamados de eventuais. Seu Dudu tem 61 anos de idade e, diferentemente dos demais, mora no segundo mais antigo edifício do centro, o edifício Caricé e, conforme ele, tudo o que tinha investiu no seu quiosque, economia de uma vida trabalhando em São Paulo. Desde 1987 ele comercializa no parque e agora não sabe o que fazer após a retirada dos quiosques do parque Sólon de Lucena. Ele nos revelou que possui treze funcionários e aposta ser o único a cumprir com os deveres trabalhistas de todos os que possuem comércio no parque Sólon de Lucena. Nos disse também que recebeu os fiscais da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), e eles não encontraram nenhuma irregularidade nos documentos requeridos e apresentados por ele. Seu Dudu acha que foi denunciado pelos próprios barraqueiros que veem nele um fenômeno de vendas em lanches e, apesar da crise em que passam todos, ele disse que vai muito bem, obrigado. Seu Dudu trabalha com café da manhã, almoço, jantar e todos os tipos de lanches. Seus clientes potenciais são os comerciários, mas, com o fechamento do estacionamento o movimento foi reduzido e o seu lucro caiu um pouco.

Fazemos ainda uma observação em torno do seu Dudu para frisar que no dia 8 de julho do corrente ano, entrou com uma liminar²¹ para impedir que a sua barraca fosse destruída, o que, como já vimos, está dentro do propósito da prefeitura: a remoção de todos os comerciantes que ocupam aquele espaço. De acordo com o Jornal Correio da Paraíba de 03 de julho de 2015, em manchete: “PMJP inicia limpeza da lagoa. Banheiro da Associação de Barraqueiros é derrubado e donos dizem que quiosques saem este mês”. Mas como estamos atentos e coletando informações, apesar de algumas barracas já terem sido derrubadas, no dia 28 de julho de 2015, foi feito um acordo entre a PMJP e os comerciantes que prorrogou a saída destes, visto que a PMJP não conseguiu um lugar para realocá-los. O próprio jornal reforça dizendo que: [...] os comerciantes serão realocados para mercados públicos, praças, shoppings populares e terminal de integração [...]. Isso significa que terão que ir para outras localidades na cidade e a questão é: existe um planejamento adequado para essas ações de realocação? Não sabemos, mas, acreditamos que serão ações emergenciais sem o devido planejamento, nas diferentes áreas em que eles forem realocados.

O seu Dudu impetrou uma segunda liminar, após a primeira ter perdido o prazo e conseguiu mais um prazo para resolver o litígio em questão. No dia 16 de agosto de 2015, após ser derrubada a liminar, a PMJP agiu na surdina e derrubou na madrugada do dia 17 as três barracas pertencentes a seu Dudu, numa só ilha. Conforme o Jornal Correio da Paraíba do dia 17 de agosto de 2015 intitulada: Barraca é Demolida na Lagoa. Segundo a reportagem, a derrubada de mais uma ilha de quiosques revoltou os comerciantes que trabalham no Parque Sólon de Lucena [...] eles dizem que a demolição foi feita de madrugada sem que fossem comunicados para retirar os pertences. Seu Dudu, Durval Rodrigues Dias, 61, foi o mais afetado, e disse ter perdido toda a mercadoria que havia estocado, além de vários equipamentos, danificados durante a remoção. [...] segundo ele disse: “não recebi nenhuma proposta de lugar para ir, nenhuma indenização. Minha vida inteira foi construída aqui e agora só existe chão revirado pelas máquinas” concluiu.

Em uma conversa mais reservada conosco, seu Dudu revelou que sente muita mágoa dos representantes da ACAPSL que, conforme vimos, representa a todos os comerciantes e ambulantes do Parque. Ele nos surpreendeu com uma revelação bem delicada ao afirmar que os presidentes da associação fizeram um acordo escuso com a prefeitura para não dificultar a saída das barracas e em troca teriam privilégio em escolher um local que lhes conviesse e,

²¹ Liminar: a medida liminar é a decisão que analisa um pedido urgente. É uma decisão precária, uma vez que a medida pode ser revogada e o direito sob análise pode ou não ser reconhecido no julgamento de mérito da causa. Tem como requisito o “*fumus bonis juris*” (quando há fundamentos jurídicos aceitáveis) e o *periculum in mora*” (quando a demora da decisão causar prejuízos).

notadamente, ambos foram beneficiados com esse acordo, estando instalados na sede da prefeitura em Água Fria, local inimaginável para os demais, por ser bem localizado, seguro e bem movimentado por se tratar de um conglomerado de secretarias muito frequentado pela população pessoense para resolver problemas diversos e, por isso, lucrativo, onde dificilmente algum deles conseguiria adquirir se não fosse dessa maneira, fazendo acordo escondido com a prefeitura e com isso deixando os demais prejudicados.

Seu Dudu ainda nos disse que todos os quiosques pagavam 160 reais por mês para a associação, para ela lhes representar judicialmente quando o poder público municipal quisesse inquietá-los, bem como o dinheiro serviria principalmente para fazer a manutenção no parque, como conserto das calçadas, do banheiro usado pelos usuários das barracas e a população em geral, conserto dos banquinhos de cimento que eram encontrados próximos aos quiosques e estavam sempre sombreados pelas imponentes árvores do parque, pequenos jardins cercados e aguados por eles mesmos e, por último, era pago segurança particular com o objetivo de evitar roubos, visto ser o parque uma área de usuários de entorpecentes e outros crimes. Seu Dudu disse que o dinheiro que existia depositado em conta bancária em nome da associação havia sumido. Segundo ele, na última vez que teve acesso a prestação de contas da associação, ainda pouco antes da demolição dos quiosques, o valor de mais de 60 mil reais.

Fomos à Secretaria de Planejamento (SEPLAN) para conhecer melhor o projeto e as etapas da intervenção urbanística que, eventualmente, poderá ocorrer no Parque Sólon de Lucena, mas, no momento da pesquisa, encontrava-se parada, provavelmente por falta de provisão orçamentária da prefeitura, conforme deixou a entender a entrevista realizada com um dos membros que faz parte da comissão do planejamento da SEPLAN e, parece conhecer muito bem todos os detalhes do projeto. Assim o Sr. Edizio Peixoto, assessor de gabinete do secretário Zennedy Bezerra, concedeu-nos essa entrevista em dia 20 de maio 2015.

Com a reforma no parque Sólon de Lucena, qual a alternativa que a prefeitura tem para os proprietários de quiosques e ambulantes que atualmente estão ocupando aquele espaço?

“O projeto está no IPHAEP, em avaliação e pode sofrer alterações, vai passar por uma licitação” [...] “em relação aos quiosques todos os ambulantes já foram ouvidos” (conforme observamos os ambulantes negam que foram procurados pela prefeitura) “e alguns serão removidos de lá, do parque” [...] “a Prefeitura já está disponibilizando um outro espaço para eles, pois notadamente não cabe todo mundo” e finalizou: “num parque isso é natural e

aqueles contemplados em sorteio, receberão os quiosques construídos pela própria prefeitura para eles, tudo está sendo bem trabalhado”.

Existe alguma possibilidade de os que ocupam aquele espaço público, serem indenizados para sair de lá do parque?

Não, pois os que não ficarem lá serão relocados em uma outra área cedida pela Prefeitura, portanto não haverá indenização” [...] “tudo isso foi decidido em reunião com os ambulantes, e tudo isso que eu estou lhe dizendo se encontra no projeto apresentado pela prefeitura”.

A reforma que a prefeitura apresentou na mídia, com equipamentos necessários ao lazer, vai acontecer? Ou o projeto foi modificado por ser tombado pelo IPHAEP, conforme o decreto 8. 653 de 1980?

“Vai acontecer, os equipamentos, que também está no projeto deverá ser preservado pelo IPHAEP, então teremos as praças de jogos, a praça dos namorados e cada área no parque terá um nome diferenciado”, e completou: “olhe no site do Wscom e verá que o prefeito está em Brasília para garantir mais recursos, mais aditivos, para gastar na reforma do parque”.

Sabemos que aquele espaço é antes de tudo, público, unidade de conservação e tombado pelos órgãos que defendem a sua preservação. Qual o olhar da Prefeitura neste sentido? Conciliar com o social? Visto que várias famílias dependem dali para sobreviver, ou ser rigoroso em obedecer à lei que obriga a prefeitura a cuidar daquele parque, que é de interesse para a conservação?

“Justamente por ser um espaço público e ser de responsabilidade da prefeitura, naturalmente, tem que haver um ordenamento, pois existem pessoas sobrevivendo dali, isso é o social, existe toda uma preocupação do prefeito Luciano com essas pessoas, aqueles que serão contemplados no projeto, terão que se subjugam ao reordenamento do novo parque, tudo o que será vendido, como alimentos, passará por um controle de qualidade e sanitário de acordo com as normas da ANVISA²² e tudo isso também está no projeto”.

Em nossas entrevistas percebemos conflitos de interesses entre os vendedores ambulantes e os eventuais que estão instalados no Parque Sólon de Lucena. Entre eles e a Prefeitura Municipal que, por sua vez, por lei, tem o dever de cuidar do espaço público em

²² Agencia Nacional de Vigilancia Sanitaria. Órgão federal que fiscaliza a qualidade dos alimentos, medicamentos, etc.

questão. Quanto ao fato de ser uma área de conservação, pelo caráter histórico e paisagístico, não houve resposta. O projeto foi citado várias vezes, mas, até agora o que se divulga é uma maquete (figura 7).

4.3 INÍCIO DA REFORMA DA LAGOA: ASSINATURA E PUBLICIDADE DA OBRA

Tudo ganhou destaque com a manchete em primeira mão do *site* Wscom no dia 02 de agosto de 2013, dizendo o seguinte: “Cartaxo Licita Revitalização da Lagoa”²³. Em seguida a reportagem revelava os objetivos: “A partir das 10h da próxima segunda-feira (5), no Cassino da Lagoa, o prefeito de João Pessoa, Luciano Cartaxo (PT²⁴), assina a ordem de licitação para as obras de drenagem e desassoreamento da Lagoa do Parque Sólon de Lucena. A obra, que está orçada em mais de R\$ 21 milhões, compreende a primeira etapa do projeto de revitalização do Parque [...]”. Em seguida a mídia meio que monitorava tudo que se sucedia as etapas seguintes conforme veremos mais abaixo.

Quando do início da reforma do parque que se iniciou com a ordem de serviço publicizada pelos meios de comunicações, o jornalista Éder Dantas fala sobre o assunto em sua coluna no Jornal Correio da Paraíba, no dia 10 de abril de 2014, sob o título: “A Lagoa de Volta”, escreveu assim:

O prefeito Luciano Cartaxo assina hoje a ordem de serviço para dar início ao processo de revitalização da Lagoa do Parque Sólon de Lucena. As máquinas estão no local e o canteiro de obras instalado [...] na campanha eleitoral de 2012, Cartaxo havia prometido devolver a Lagoa à condição de parque [...] a primeira etapa durará cerca de 90 dias e custará 20 milhões aos cofres públicos [...], a segunda etapa será a transformação de seu espaço urbano em um parque com opções de esporte, lazer e cultura (JORNAL CORREIO D PARAÍBA, 10 DE ABRIL DE 2014)

Entretanto, em destaque no Jornal Correio da Paraíba, no dia 13 de janeiro de 2015, a manchete em destaque da jornalista Mislene Santos enunciava o seguinte: “Para Cartaxo, crise não afeta João Pessoa: em visita às obras da lagoa, prefeito diz que a capital está fora da contenção de gasto do governo federal”. Segundo ele, 90% das verbas federais já estão contratadas junto à Caixa Econômica Federal (CEF), por isso, as obras da Lagoa não serão afetadas com os cortes das verbas federais.

²³ www.wscom.br/noticia/paraiba. Acessado em: 02de junho 2015.

²⁴ PT: Partido dos Trabalhadores.

Todavia, em uma manchete mais recente no *site* Agenda Paraíba de 20 de maio de 2015, ficou evidente e que os recursos não foram o suficiente e fez o prefeito ir a capital federal conversar com o ministro Gilberto Kassab no intuito de receber aditivos para a obra do parque²⁵. Dizia o seguinte:

O prefeito de João Pessoa, Luciano Cartaxo, participou de reunião com o ministro das Cidades, Gilberto Kassab, em Brasília, na tarde desta terça-feira (20). Na pauta, a liberação de recursos [...] com destaque para o projeto de requalificação do Parque Sólon de Lucena. E o prefeito completou: “Nós concluímos todo o desassoreamento e agora estamos com obras avançadas na construção do anel sanitário e do túnel de escoamento das águas da Lagoa. O que queremos é um fluxo permanente na liberação dos recursos, que é fundamental para darmos sequência à obra e isso foi assegurado pelo ministro” (Disponível em: [www. agendaparaiba.com](http://www.agendaparaiba.com). Acessado em 02 de junho de 2015).

A seguir, no mesmo artigo, prosseguia:

Um dos grandes problemas desta obra, segundo o secretário do planejamento Zennedy Bezerra, é que: “como se trata de área tombada precisamos da aprovação do Iphaep. Nós não podemos fazer licitação ou tentar executar o projeto, por ser justamente área patrimonial histórica, por isso demoramos tanto tempo para ter essa reunião e aprovação. Essa reunião foi adiada quatro vezes este ano” (Disponível em: [www. agendaparaiba.com](http://www.agendaparaiba.com). Acessado em 02 de junho de 2015).

A provocação que fazemos diante da situação de incerteza do andamento da obra no parque é que: como se faz uma licitação de uma obra desta magnitude e assina uma ordem de serviço sem primeiro ir aos órgãos competentes mostrar um projeto para se discutir a viabilidade da reforma visto que, necessariamente, somente esses órgãos têm a tutela do parque por causa do seu tombamento como patrimônio histórico, órgãos como o IPHAEP, o Conselho de Proteção dos Bens Culturais (CONPEC), a SEMAM e o IPHAN e o mais grave sem ter provisão orçamentária para terminar a obra.

Diante do exposto e, para mostrar o quadro atual da lagoa, observamos em uma manchete no Jornal da Paraíba do dia 09 de maio de 2015: “Lagoa: ministério público dá 48h para PMJP apresentar projeto”. A determinação foi dada pelo promotor João Geraldo Barbosa, da 2ª promotoria. Caso contrário o promotor vai ajuizar uma ação civil pública, segundo o promotor “a lagoa, que é o cartão postal de João Pessoa, hoje é um buraco no meio da cidade, escavado, destruído e que ninguém sabe como vai terminar”, o promotor explicou

²⁵ Disponível em [www. agendaparaiba.com/ Brasília- em reunião-com – o ministro-do- turismo-luciano-cartaxo- assegura-20-milhoes-para obras](http://www.agendaparaiba.com/Brasília-em-reunião-com-o-ministro-do-turismo-luciano-cartaxo-assegura-20-milhoes-para-obras). Acessado em 02 de junho de 2015.

que o único projeto aprovado competia o desassoreamento da Lagoa, enquanto as demais fases eram desconhecidas. Uma audiência foi agendada com a prefeitura municipal para que essa apresentação fosse feita, contudo, após ter sido adiada três vezes, essa audiência foi realizada no último dia 7, mas o projeto mais uma vez, não foi apresentado. O promotor considerou grave a omissão das informações e prometeu uma ação civil para punir criminalmente os responsáveis pela omissão, a pena pode ser de um a três anos de reclusão, mais multa. Garantiu ele. Na figura 9 abaixo podemos visualizar a placa de início das obras. Nela, vemos o valor total da obra e as datas de início e término da obra. Esta última já venceu.



Figura 8: Placa informando o valor, data de início e conclusão da obra. Foto do autor em 08/03/2015.

Ao observar a área, percebe-se a necessidade da intervenção do poder público no local, visto que se constata a falta de cuidado com o parque, bem como a sua preservação por parte daqueles que sobrevivem de suas vendas naquele local e das pessoas que utilizam aquele espaço como caminho diariamente, visto que, descartam suas embalagens depois de usadas dentro do parque, acumulando entulhos o tempo todo e as vezes quando chove são levados para dentro da lagoa. Como consequência, houve uma grande quantidade de detritos retirados da lagoa. A prefeitura diz que retirou cerca de 300 toneladas de resíduos, conforme mostrado nos Jornal Correio da Paraíba de 09 de maio de 2014. Foram tvs, sofás, geladeiras, bicicletas, móveis antigos, pneus, garrafas plásticas, fogões e pasmem uma esteira ergométrica, uma

infinidade de outros tipos de lixos jogado principalmente por aqueles que estão instalados ali no parque. Encontramos, também, banco destinado ao assento das pessoas completamente destruído conforme Figura 09 abaixo:



Figura 9: Banco do parque totalmente destruído. Foto do autor em 19/06/2015.

Sabe-se que o uso e ocupação da região norte do Parque Sólon de Lucena que é feito pelos donos de estabelecimentos comerciais, seja nos quiosques, barraquinhas ou eventuais informais é feito, historicamente, de forma insalubre e, nessa perspectiva, não observamos os cuidados sanitários recomendados pela ANVISA. Além do mais, estes estabelecimentos, à noite, tornam-se pontos de bebedeiras, prostituição, uso de drogas, furtos e a presença de pessoas maltrapilhas que se agrupam neste local, causando desconforto e insegurança para aqueles que usam as paradas de ônibus como local para espera depois de um dia de trabalho árduo.

No entanto, é conferido ao poder público de acordo com a lei orgânica fazer qualquer intervenção planejada, que suplantará o interesse privado. No artigo 6º, podemos constatar outras competências do poder público municipal. No inciso I, lemos: [...] conservar o patrimônio público [...]. Em passeio pelo parque o que observamos é a total falta de manutenção na infraestrutura, vemos as calçadas todas arrebitadas, esburacadas (figuras 10 e 11), dificultando a passagem dos transeuntes e principalmente os cadeirantes, e em geral os banquinhos estão impróprios para sentar.



Figura 10: Calçadas do Parque Sólon de Lucena quebradas em varias partes. Fonte: Daniel Gomes. 06/04/2015.



Figura 11: Outro trecho da calçada do Parque totalmente destruído. Fonte: Daniel Gomes. 06/04/2015.

Conforme constatamos nas figuras 10 e 11 acima, vem ocorrendo, desde as administrações anteriores que, o manejo das calçadas e bancos, quase nunca aconteceu e constatamos ainda que as manutenções são feitas pelos próprios comerciantes através da ACAPSL e com recursos próprios. Além do mais, o tráfego para os cadeirantes tem que ser calculado uma vez que a maioria das calçadas se encontram esburacadas ou em péssimo estado de conservação.

Se o Plano Diretor, em seu artigo 24 no inciso [...] IV, prevê a recuperação e livre desimpedimento das vias para circulação de pedestres, por parte do poder público, pratica o inciso acima não é praticado pelo poder público municipal, visto que as ruas do centro, além de estarem malconservadas, cheias de buracos, estão tomadas por vendedores ambulantes informais que são cadastrados pela prefeitura e que não são cadastrados.

Nas gestões anteriores do prefeito Cicero Lucena e Ricardo Coutinho houve a saída total dos ambulantes. Dezenas de barracas, carrinhos de mercadorias, carrinhos de frutas, todos deixaram de impedir as vias de circulação dos pedestres. Mas, a gestão atual deixou que todos voltassem a obstruir as ruas. Uma iniciativa populista do prefeito, ao nosso ver, fere o Art 24 do plano diretor, uma vez que o Centro fica cada vez mais prejudicado e menos atraente para aqueles que querem mais facilidade na hora de andar nas ruas.

Sabemos que o bairro do Centro, símbolo da cidade, ainda é um aglutinador centrípeto de todos os bairros e muito frequentado pela população que, na sua maioria, necessitam resolver assuntos particulares, seja para ir à alguma clínica, seja para ir ao trabalho em alguma repartição pública, seja para trabalhar no comércio, seja para comprar no comércio ou apenas para passear pelo centro histórico que tem uma rica coleção de casarões que remontam à própria formação do bairro.

No momento atual, o Parque está passando por uma reforma que pretende fazer uma intervenção urbanística jamais vista na história do parque já passou e, se houver a reforma como é mostrado na mídia, achamos que os países desenvolvidos vão querer copiar o modelo nos seus “obsoletos” parques, de acordo com as propagandas dos meios de comunicação local e até a nível de abrangência estadual (sic). Isso é o que promete o poder público municipal atual, na gestão do prefeito Luciano Cartaxo. O que estamos pesquisando não é a intervenção urbanística, mas, os impactos na vida dos que ali transitam e trabalham.



Figura 12: Barraquinhas de vendedores eventuais no anel interno do Parque Sólon de Lucena. Fonte: Daniel Gomes. 08/05/2015.

A prefeitura alega buscar revitalizar uma área de lazer destinada às famílias pessoenses, mas, consideramos que essa é uma pretensão duvidosa, pois, se observarmos as praças já existentes no Centro, estão todas vazias nos finais de semana, porque não há segurança pública e as pessoas têm medo dos delinquentes sempre presentes naqueles locais, colocando em risco aqueles desavisados que passam sem dimensionar os riscos e os altos índices de furtos.

O Jornal Correio da Paraíba de 10 de julho de 2015, traz a seguinte matéria: “Povo tem medo da lagoa sem quiosques”, em seguida o reporter escreve:

A saída dos quiosques da lagoa preocupa as pessoas que tem de transitar na área para ir ao trabalho ou fazer compras. Sem os “pontos de apoio” fica mais evidente a insegurança no parque, que hoje passa por reforma. Em

alguns horários, principalmente a partir do entardecer, aumenta o medo do povo” (JORNAL CORREIO DA PARAIBA, 10 DE JULHO DE 2015)

Para reforçar nossa pesquisa e contextualizar o tema da insegurança vejamos o que diz Souza (2011, p. 91):

Os espaços públicos, associados, crescentemente, a locais perigosos e desprotegidos, vão se tornando, muitas vezes, menos frequentados (com exceção daqueles que também passam a dispor de dispositivos de segurança, como certos parques e certas praças), e o comércio vai se concentrando em shopping centers, visto pela classe média como uma alternativa muito mais confortável e segura para se fazerem compras e se divertir que os subcentros tradicionais e os logradouros públicos” (SOUZA, 2011, p. 91)

Se o Parque Sólon de Lucena for construído com todos estes equipamentos e o poder público não tiver a preocupação de salvaguardar a segurança dos prováveis visitantes, nada adiantará ter destruído os quiosques e barraquinhas dos que trabalhavam neste espaço para o sustento das suas famílias, mesmo que a prefeitura tenha todo o poder de acordo com as leis que consideramos neste estudo.

Acreditamos que o poder municipal deveria ter tido mais sensibilidade social para com esses sobreviventes de toda a sorte de improváveis medidas governamentais tanto no plano federal, estadual e sobretudo municipal. Sabemos, mediante eventos históricos que, na política brasileira, os políticos que sucedem outro em mandatos eletivos, não têm o costume de dar continuidade às obras que foram executadas pelo seu antecessor. Então, sabemos que este projeto faraônico e descabido, no momento, estará fadado ao abandono se mantiver esta prática política insidiosa.

Conversando com o Sr. Roberto, morador do edifício Caricé, que tem a vista para o Parque Sólon de Lucena e mora há 37 anos neste prédio, fomos informados que ele já assistiu a vários eventos no parque, desde acidentes que envolveram veículos adentrando à Lagoa até suicídios, como também intervenções que modificaram a paisagem do Parque, manifestações políticas e trabalhistas, estudantis, greves e parques de diversão instalados. Ele recorda de uma época em que o Parque era o ponto de encontro preferido das famílias, shows de artistas locais e nacionais. Seu Roberto lembra com muita saudade dos tempos de criança em que se brincava naquele ambiente de outrora, tranquilo, e que não havia tanto tráfego de veículos como hoje, dava até para bater uma bolinha nas ruas próximas sem medo de ser atropelado. Ele também falou que com o surgimento das barraquinhas dos quiosques muitos moradores do Caricé e de outros edifícios vizinhos ao dele passaram a comprar alimentos, como o café

da manhã, almoço e o jantar, por ser mais prático do que fazer em casa e ele mesmo até se servia desses serviços e tem um lugar certo para comprar suas refeições. Disse também que, com a saída das barracas terá que procurar outro lugar para se servir, mas, ficará mais distante e difícil de encontrar igual ao atual. Segundo ele, no Parque atual se vende de tudo e é possível comprar tudo desde alimento, roupas, frutas, verduras e a um preço bem mais acessível. Alguns vendedores vêm do mercado central que fica próximo ao parque, mas, depois dessa reforma vai ser complicado encontrar as mesmas coisas. Ele acha que com a saída das barracas, o Parque vai ficar muito esquisito, pois, pelo projeto, terá funcionamento diurno e “que a noite ficará arriscado caminhar pelo parque com meus filhos, como faço atualmente”, e continuou: “nunca tinha visto nada tão sem nexo como essa reforma, a bandidagem já domina aqui no centro e vai ficar muito pior”, concluiu seu Roberto.

Outro antigo morador que conhece o parque como ninguém é o senhor Augusto Toscano de Britto. Quando ele nasceu em 1953 os seus pais já moravam e, ainda moram, no entorno do parque, ao lado do Liceu Paraibano. Ele lembra com muita saudade da sua infância e adolescência e de como foi seu convívio no parque, só saindo dali depois de casado e hoje é advogado e auditor do Fisco, mas, os bons momentos de sua juventude o fazem sorrir de saudade. Ele lembra que o parque era bem frequentado por todos os jovens da cidade e os banquinhos estavam sempre cheios deles sendo o local conhecido como “quem me quer”, visto que a paquera “rolava solta”. Muitos que contraíram matrimônios, iniciaram a partir daquele local um namoro e ele mesmo começou a paquerar sua esposa atual, neste cenário de amizades e paqueras.

O seu Augusto disse ainda que no início, o Cassino Da Lagoa era conhecido pelas letras C.E.U, que significa Comunidade Estudantil Universitária, por ser seus frequentadores, na sua maioria, de alunos e professores universitários e estavam sempre discutindo assuntos ligados à área acadêmica, bem efervescente nesta época, em que o Brasil passava por um momento político muito tenso, do regime militar, atraindo as pessoas intelectualizadas para debater, dentre outros, assuntos políticos que ele, ainda garoto, só observava. Ele lembra do crime da Churrascaria Bambu. Conhecia os acusados, de vista. Boa parte deles moravam nos arredores do Parque ou em ruas adjacentes, sendo um deles filho de um deputado muito influente na época. Essa época, segundo ele, havia uma segregação social, os jovens ricos não se misturavam aos pobres, cada um conhecia seu espaço, do tipo, quem era rico e estudava em escolas tradicionais não se misturava aos das escolas públicas. Perguntado sobre o que achava da retirada dos quiosques e barraquinhas da Lagoa ele disse que era contra, visto que a presença dessas pessoas ali vendendo, torna o local mais movimentado e o ambiente menos

suscetível a pequenos furtos, que a sua presença inibe mais essa pratica de crime, “precisaria só de manejo, cuidado e conservação do patrimônio ao invés de tirá-los de lá... eles precisam de lá para sobreviver, eles já tem uma rotina e vai ser difícil recomeçar em outro lugar, é muito arbitrário o que estão fazendo com esses coitados” concluiu seu Augusto.

Tivemos a oportunidade também de conversar com o morador José Rufino, sertanejo nascido em Catolé do Rocha, que possui um apartamento há trinta anos no edifício Manoel Pires, um prédio construído para ser comercial no térreo e residencial a partir do primeiro andar e que possui uma linda vista do Parque Sólon de Lucena. O seu Rufino, como prefere ser chamado, decidiu morar no sertão por encontrar o sossego que, segundo ele, não encontra aqui na capital, pois, ele acha arriscado caminhar à noite pelo já sofreu um assalto e junto com a família decidiu se fixar lá no sertão. Ele ainda mantém o apartamento porque seu filho estuda medicina e, eventualmente, vem à Capital. Para ele, depois da saída dos ambulantes o local ficará mais deserto, e lamentou que esses trabalhadores perdessem sua única fonte de renda para poder sobreviver, “Vi pessoas que conhecia a décadas sair sem direito de nada, agora estão por conta do leu, muitos estão passando necessidades, esse prefeito não tem coração”, concluiu.

Finalmente, o tão aguardado momento para os que ainda resistiam em ficar no local e tinham esperanças numa possível mudança de planos, foi por água abaixo, conforme o Jornal Correio da Paraíba do dia 22 de agosto de 2015, em sua manchete que dizia o seguinte: “Lagoa sem os quiosques até amanhã. Secretaria de Desenvolvimento Urbano inicia retirada de comerciantes para implantar novo projeto”. A reportagem de Aline Martins acrescentava que: “todos os quiosques localizados no Parque Sólon de Lucena, no centro de João Pessoa, serão demolidos até amanhã (23 de agosto)”. Ontem, a SEDURB iniciou a retirada dos comerciantes do local para que possa ser aplicado o projeto de revitalização e recuperação da área. Ainda, segundo o jornal, na área trabalhavam quarenta quiosqueiros e vinte e um carrinhos ou barracas de lanches que foram relocados para praças, mercados públicos e unidades de saúde na Capital.

Não podemos deixar de frisar que, a retirada das barracas destes trabalhadores, ocorreu de forma autoritária, sem um estudo de impacto social, visto que algumas destas pessoas estão sendo realocadas para locais longínquos, sem condizer com a mesma acessibilidade do Centro, pois, já estavam territorializadas e consideramos que essa forma arbitrária com que foi conduzido o processo de desocupação, não ocorreu de forma sensata.

Essas pessoas que agora estão despejadas do Parque, que deixaram os pontos de sobrevivência para ir se aventurar e recomeçar em outro lugar sem a mesma movimentação daquele de outrora. Certamente, irão engrossar o exército de desempregados.

De acordo com o *site* G1 Paraíba, o Estado perdeu 16,2 mil vagas de emprego em sete meses, no período de doze meses (de julho de 2014 a julho de 2015) e foram fechadas 2.685 vagas de trabalho, diz o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Somente em julho de 2015, foram 2,6 mil postos de emprego fechados. O resultado do mês é o pior da série histórica do Estado iniciada em 2003. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados (CAGED). Embora estes dados se refiram ao desemprego conjuntural que, conforme vimos anteriormente, é uma crise momentânea política ou econômica, as pessoas que foram obrigadas a sair do Parque Sólon de Lucena, serão representadas nestes números do CAGED e, enquanto estiverem sem emprego, não terão outra saída a não ser permanecer na economia informal que, como sabemos e vimos anteriormente, é uma atividade laboral legalizada pela Legislação Municipal. Segundo a mesma reportagem, somente em João Pessoa, foram fechados 1.765 postos de empregos: nas áreas da construção civil, com 1.155 do comércio 725 e serviços 699. E, isso, é preocupante porque em um país como o Brasil, no qual, historicamente, o desemprego tem uma média assustadora, sendo um país que não investe devidamente em educação para preparar seus cidadãos. Estará sempre vivenciando a crise do desemprego. O responsável pelo desemprego não é somente a transformação imposta pelo meio técnico científico, mas é, sobretudo, político, conforme nos diz Santos (1996):

Então não é a tecnologia a responsável pelo desemprego, mas a política. Isto se vê melhor através da Geografia, à medida em que ela examina a história se fazendo, pois, a História não se faz sem o espaço, então a forma de tomar as técnicas, historicizá-las, supõe o conhecimento e a maneira como o espaço se organiza a cada momento (SANTOS, 1996, p.13).

Observa-se que, quanto mais pessoas desempregadas, mais vulnerável estarão as ruas a serem ocupadas, seja pelos trabalhadores informais, seja pelos bandidos e, quanto menos empenho em políticas públicas que alavanquem a economia, elevando através da educação a preparação de mais pessoas para o mercado de trabalho, vamos sempre aumentar o exército de reserva. Santos (1996), nos alerta que é um grande erro atribuir um só fator como sendo responsável pelo desemprego, pois, temos que entender e perceber, antes de tudo, a totalidade dos fatos, para não fazermos uma dedução precipitada. Sabe-se que são vários os fatores que forçam as pessoas irem “às ruas comercializar determinadas mercadorias como única saída para sua sobrevivência” e conclui que sempre haverá essa alternativa aos trabalhadores.

No domingo, 24 de agosto de 2015, todas as barracas foram derrubadas definitivamente, encerrando uma história de mais de trinta anos. O que se via no momento da derrubada era um misto de indignação e perplexidade, pois, ninguém estava acreditando que aquele lugar em que tinha propiciado a criação dos filhos e a manutenção da vida, com muita luta e resignação, fosse um dia acabar. Presenciamos os transeuntes, que utilizam o parque como caminho diariamente, ao descerem do ônibus coletivo, demonstrando certa apreensão e medo, porque a presença dessas barracas os faziam se sentir mais seguros e ao serem indagados, estavam confusos, não sabiam responder como será a partir de então. Eles paravam um pouco para ver as máquinas caterpilha derrubando as paredes das barracas, depois que os ex-proprietários, presentes naquele momento, retiravam partes das coberturas, ainda bem conservadas, para, provavelmente, reaproveitar em uma nova barraca, enquanto outros estavam ali perplexos ao conferir se realmente era possível aquilo acontecer. Perguntamos a um ex-proprietário quanto custaria uma barraca dessa do tipo quiosque e ele respondeu que, se por motivo superior alguém quisesse vender, o valor ficaria acima de duzentos mil reais, e muitos dos atuais proprietários tinham adquirido há menos de cinco anos o que, realmente, era um investimento muito alto. Embora, de acordo com a ACAPSL, a maioria absoluta tenha mais de vinte anos de fixação naquele local como comerciante.

Os ambulantes eventuais que têm as barraquinhas próximas às paradas dos ônibus e que vêm dos bairros periféricos da cidade que, como vimos, pagavam impostos para a prefeitura através de uma pequena taxa mensal como cadastrados e, os que, eventualmente, também, circulam naquele espaço, mesmo que esporadicamente, sem cadastro, também terão que, definitivamente, deixar o local. Os sem cadastro, sem força representativa, foram esquecidos e nenhuma proposta lhes foi oferecida, a não ser a de serem orientados a procurar, por conta própria, um local no bairro varadouro que fica na Cidade Baixa, ao que eles resistem, visto que, para eles, lá não há o movimento como no Parque, trazendo um prejuízo de perda de mercadorias. Em toda área norte do Parque onde existiam os quiosques, sobrou apenas as metralhas das barracas, muitos troncos de árvores e muito lixo (Figuras 13 e 14).



Figura 13: Retirada dos entulhos e troncos de árvores jovens. Fotodo autor em 28/08/2015



Figura 14: Raízes e troncos de árvores derrubadas para passagem de BRT. Foto do autor em 28/08/2015.

As cenas reveladas nas imagens acima causaram desespero e furor nas pessoas que caminhavam pelo Parque e, uma grande onda de indignação tomou conta da cidade, principalmente, nas redes sociais, aonde as pessoas registravam em fotos e vídeos as cenas de violências contra as árvores do Parque, mostrando revolta, não faltando adjetivos, censurando

a atitude da Prefeitura em realizar o arvorecídio coletivo na calada da noite, contra as jovens árvores por estarem no caminho do BRT. A prefeitura prometeu realizar o replantio de outras árvores para suprir a ausência daquelas que foram retiradas e, para nós, que estamos acompanhando o processo, achamos difícil que as promessas contemplem novamente o prejuízo causado ao parque. Pelos equipamentos que a prefeitura promete instalar no parque, conforme vimos, (na publicidade da obra, já que não tem projeto), prevemos que seja muito difícil caber as 481 árvores anunciadas pela SEMAM, para somar com as 720 já existente, visto que, é muito equipamento para pouco espaço, sendo, portanto, promessas ambiciosas e utópicas. Não obstante, conforme o Jornal Correio da Paraíba de 03 de setembro de 2015, a obra do parque será entregue à população em junho de 2016.

O *Blog* Mata Atlântica na Paraíba, que acompanha os acontecimentos relativos à conservação da Mata Atlântica no Estado e na Capital, o que inclui a situação de parques e arborização urbana, postou a matéria da coluna de Meio Ambiente e Sustentabilidade da professora Lígia Tavares, na rádio CBN João Pessoa, intitulada: “João Pessoa: cidade abstrata dos Planos, Projetos e papéis”, em 29 de setembro de 2014, que diz o seguinte sobre projetos da cidade, veiculados na televisão, por uma atriz da rede Globo de televisão:

Recentemente veiculou propaganda de uma cidade inexistente, com projetos futuros, dizendo como vai ficar a cidade e, se o cidadão prestar atenção de verdade, nada do que foi anunciado dessas obras está em andamento, ou se está, é tão lento que torna-se imperceptível na paisagem. Isso nunca foi visto, pois, em geral, as propagandas devem ser de realizações e não de abstrações. No mais, a PMJP vem recebendo denúncias sobre a falta de transparência nas ações e nos projetos que realiza. Por exemplo, o projeto de revitalização da Lagoa, ninguém sabe, ninguém viu. Em audiência no Ministério Público, IPHAEP e IPHAN afirmam que apenas a fase de drenagem da Lagoa foi autorizada. Até então, em ambos os órgãos, não tramita nenhuma solicitação de análise de projeto do que vem sendo veiculado na mídia. Ou seja, estamos diante de uma cidade abstrata, que só existe na cabeça dos planejadores e burocratas da política dos planos e papéis. Enquanto isso, o cotidiano continua muito real com os mesmos problemas de sempre, que os planos, projetos e propagandas não resolvem. Na qualidade de abstrações, eles servem, apenas, para iludir as pessoas. (<http://matatlanticapb.blogspot.com.br/>)

Os impactos atuais no parque Sólon de Lucena são vários e os transtornos que surgiram mexeram com os hábitos dos pessoenses, uma vez que, boa parte da população ainda frequenta essa parte da cidade por diversos motivos e usa, principalmente, os ônibus e os carros de passeio. Com a intervenção, segundo apuramos no Jornal Correio da Paraíba de 19 de setembro de 2015, foi subtraída 180 vagas de estacionamento nos anéis interno e externo

da lagoa, vagas estas cobradas aos donos dos veículos e, como foi dito por seu Agnaldo o, “mano”, presidente da ACAPLS, cerca de 2000 veículos se reversavam diariamente, dando um lucro de 100 mil reais ao mês à prefeitura, apenas no setor norte do parque, sem contar com o setor leste. As consequências dessa supressão das vagas são sentidas por aqueles motoristas que vêm ao parque para trabalhar ou resolver alguma coisa, pois, as ruas mais próximas são as opções para estacionar. Segundo o Jornal, a novidade no projeto desagradou motoristas que já encontram dificuldades para estacionar no Centro de João Pessoa. Na mesma reportagem, vemos o desabafo e aborrecimento de dona Magali Borges, quando soube da retirada do estacionamento. “Preferia do jeito que estava antes. Antes da reforma era mais fácil, tinha mais vagas. Tenho de caminhar mais. Quem vier passear, não virá mais, não tem sombra. Carro faz parte da vida das pessoas, não adianta pensar só no pedestre, essa foi a pior ideia de todas”, declarou. Outro que ficou bastante inconformado com o fim das vagas no parque foi o autônomo Flavio Soares: “Vai ampliar para onde? Não há mais brecha. Ando sempre pelo centro, não tem onde colocar mais zona azul. Em horário de pico não tem jeito nenhum”. Vemos que a prefeitura promete vários equipamentos, conforme conferimos na revista de publicidade da própria prefeitura. Conforme publicidade, serão 37 milhões investidos, 481 árvores serão plantadas, 1,5 km é a extensão do anel externo, 43,3 mil m² de área gramada, 35 mil m² de passeio pavimentado, 2,3 mil de ciclovia e nove praças. Como geógrafos e tendo noção de espaço, sabemos que para atender todo esse projeto e efetivamente ocorrer a implantação de tudo o que foi apresentado até agora pela prefeitura, será necessária uma área, pelo menos duas vezes maior do que o Parque possui.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme pudemos observar nesta pesquisa, os vendedores ambulantes, eventuais e congêneres, encontravam-se comercializando no Parque Sólon de Lucena no início da pesquisa e, encerraram suas atividades durante a pesquisa, por meio da remoção de seus quiosques, barracas e afins de forma brusca, como resultado de uma falta de planejamento e diálogo por parte da prefeitura na condução do processo.

A dinâmica apresentada pelo nosso objeto de estudo, o setor norte do Parque Sólon de Lucena, forneceu-nos uma quantidade de informação interessantes sobre os conflitos urbanos e geográficos que envolvem o poder público municipal e os vendedores ambulantes, eventuais e congêneres, por estarem naquele momento trabalhando para sobreviver e vivenciando a sua remoção.

Vimos que, teoricamente, as possíveis origens do uso e ocupação dessa porção do parque, conforme seguimos na evolução da chegada a esta área, é motivada pelos desempregos estruturais e conjunturais, bem como, pela incapacidade desses trabalhadores informais acompanhar a modernidade e se qualificar para obter empregos nas linhas de produções industriais. Porém, vimos que o próprio Santos (1996) atribuiu o desemprego à falta de planejamento e vontade política.

Nas entrevistas, constatamos que as pessoas envolvidas neste despejo, promovido pela prefeitura, só tinham aquele meio para sobreviver e já passavam da meia idade e, que para alguns “donos de quiosques” (não eram efetivamente proprietários) e ambulantes eventuais, nenhuma opção lhes foi oferecida, a não ser sair, procurar um outro lugar para se instalar. O poder público, ao nosso ver, agiu de forma autoritária e pouco aberta ao diálogo, sem dar meios para todos saírem com dignidade depois de terem, em alguns casos observados, passado metade das suas vidas sobrevivendo com os pequenos lucros das suas vendas naquele local.

Vimos que existem normatizações que devem ser obedecidas pela municipalidade e que algumas não foram, como as normas indenizatórias. Destacamos que o Parque Sólon de Lucena por ainda estar numa posição centrípeta, ou seja, de ainda atrair as pessoas de todos os bairros da capital que, por algum motivo, vêm ou virá a esse lugar, visto ser talvez o bairro mais importante da cidade por conter, além de edificações antigas, também é onde estão instaladas as sedes dos três poderes do Estado, executivo, legislativo e judiciário e a câmara de vereadores, por isso, afirmamos ser sempre uma preocupação por parte dos prefeitos mexer

na estrutura do parque por se tratar de uma obra vitrine para qualquer administração municipal, daí o interesse de promoção pessoal do atual mandatário municipal que, ao nosso ver, foi em prol de interesses próprios do que a sobrevivência de mais de 200 pessoas que viviam diretamente do parque, sem mencionar os fornecedores de mercadorias dos mesmos, conforme nos foi relatado pelo então presidente da ACAPSL.

Entendemos que o poder público municipal deveria investir em políticas públicas no sentido de diminuir a incidência de desemprego, independentemente de “picuinhas” políticas que só fazem aumentar os índices de desigualdades e desemprego local, como também, para tentar diminuir o exército de reserva investir em mais qualificação profissional através de escolas especializada em prepará-los para o mercado de trabalho.

Sabemos que o surgimento dessas pessoas como vendedores ambulantes se deu, principalmente, com a precarização da produção rural, a sua chegada à capital com a pouca oferta de emprego e renda, como vimos, este problema se agravou com a virada da década de setenta, na qual o Brasil, finalmente, tornou-se urbano. Ou seja, as cidades tiveram as suas populações aumentadas diversas vezes e, ainda hoje, sofrem para acomodar todos que migram da zona rural para a cidade. Mais uma vez comungamos com o que Santos (1996) afirma ser um problema acima de tudo, de vontade política., etc. A pergunta que fazemos é: o que adianta uma cidade repleta de problemas sociais como a de assistência básica para a população e, com o desemprego cada vez mais elevado, dado a crise que assola o país, em detrimento de gastos supérfluos que desemprega, que deixa a população desassistida, para alimentar o brio de ter gasto conforme as placas no local da obra, visto acima, mais de 40 milhões de reais? Seria um elefante branco? Permitam-nos indagar, porque achamos que vai de encontro com todo princípio básico da política, dito por um dos maiores presidentes dos Estados Unidos Abraham Lincoln, segundo ele a democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos de. **Cidade de Joao Pessoa**: a memória do tempo. Joao Pessoa: Persona, 1992.

A LAGOA de Volta. *Jornal Correio da Paraíba*, João Pessoa, 10 de abril de 2014. Caderno A, p. 6.

BARRACA é Demolida na Lagoa. *Jornal Correio da Paraíba*, João Pessoa, 17 de agosto de 2015. Caderno B, p. 2.

BRASIL. **Estatuto das cidades**. Lei n. 10.257, de 10 julho de 2001, e legislação correlata. – 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009. Dispõe sobre a normatização e utilização do espaço urbano. Disponível em: <www.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/.../estatuto_cidade_2ed.pdf?...1>. Acesso em: 20 de junho de 2015.

BRITO, Gilvan de. *Opus Diaboli: A lagoa e outras tragédias*. 1.ed. João Pessoa: Moura Ramos, 2011.

BRT pega carona na crise; Travado. *Jornal Correio da Paraíba*, João Pessoa, 06 de agosto de 2015. p. 3.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re) Produção do espaço Urbano**. 1ª Reimpressão. – São Paulo: USP, 2008.

CENSO 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>> Acesso em: 07 de junho de 2015.

CERCA DE 300 toneladas de detritos são retirados da lagoa do Parque Sólton de Lucena. *Jornal Correio da Paraíba*, João Pessoa, 09 de maio de 2014, p. 4.

COM reforma lagoa perde 180 vagas de estacionamento. *Jornal Correio da Paraíba*, João Pessoa, 19 de setembro de 2015. Caderno A, p. 3.

CORREA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 8.ed. São Paulo: Ártica, 2007.

DADOS DE CATALOGAÇÃO DA OIT. KREIN, José Dari; WEISHAUP, Marcelo Proni. **Economia informal**: aspectos conceituais e teóricos. Escritório da OIT no Brasil. 1.vol. Série Trabalho Decente no Brasil; Documento de trabalho n.4. Brasília: OIT, 2010.

DAMIANI, Amélia Luísa. **População e geografia**. 9.ed., 2. reimpressão- São Paulo: contexto, 2009.

DICIONÁRIO INFORMAL. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br>> Acesso em: 30 de maio de 2015.

GOMES, Ana Érica Magalhães. **O mercado informal nos logradouros de centro de João Pessoa**: uso do solo e aspectos legislativos aplicados aos trabalhadores informais. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2006.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>> Acesso em: 20 de abril de 2015.

JOÃO PESSOA. **Código de Posturas do Município de João Pessoa**. Lei complementar nº 7, de 17 de agosto de 1995. Dispõe sobre normas de higiene pública e particular no município de João Pessoa. Disponível em: <www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/1995/08/C_digo-de-Posturas-do-Munic_pio-de-JP.pdf?4028d8>. Acesso em: 18 de junho de 2015.

JOÃO PESSOA. **Código de urbanismo**. Lei nº 2.102/1975. Julho de 2001. Dispõe sobre o planejamento físico do município. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wpcontent/uploads/2012/03/codi_urba.pdf>. Acesso em: 18 de junho de 2015.

JOÃO PESSOA. **Código Municipal do Meio Ambiente**. Lei complementar 29 de agosto de agosto de 2002. Dispõe sobre as normas para gestão ambiental. Disponível em:<www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wpcontent/uploads/2012/03/codi_meio_ambi.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2015.

JOÃO PESSOA. **Lei Orgânica do Município de João Pessoa / PB** de 1990. Dispõe sobre as normas que regem o município respeitando a legislação federal e estadual. Disponível em: <www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2012/04/Lei_Organica_de_Joao_Pessoa.pdf>. Acesso em: 18 de junho de 2015.

JOÃO PESSOA. **Plano Diretor da Cidade de João Pessoa**, Lei Complementar nº 3, de 30 dezembro de 1992. Atualizada e consolidada a Lei complementar nº 4, de 30 de abril de 1993. Dispõe sobre a normatização dos espaços públicos da cidade de João Pessoa cmo também sobre as suas áreas de preservação. Disponível em: <www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/seplan/plano-diretor/>. Acesso em: 20 de junho de 2015.

JOÃO PESSOA. **Plano Municipal de Conservação e Recuperação da ata Atlântica de João Pessoa**. Disponível em: <<http://www.ligiatavares.com/index.php?secao=links>> Acesso em: 20 de outubro de 2015.

JOÃO PESSOA. **Sistema Municipal de Áreas Protegidas de João Pessoa**. Lei Nº 12. 101, de 30 de junho de 2011. Dispõe sobre sistema de áreas protegidas de João Pessoa e seus usos. Disponível em: <www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2015/02/Lei-12101-2011-Sistema-Municipal-de-_reas-Protegidas-SMAP.pdf?4028d8>. Acesso em: 20 de junho de 2015.

LAGOA deve ficar mais insegura. *Jornal Correio da Paraíba*, João Pessoa, 10 de julho de 2015. Caderno B, p. 3.

LAGOA: ministério público dá 48h para PMJP apresentar projeto. *Jornal da Paraíba*, João Pessoa, 09 de maio de 2015. Caderno A, p. 2.

LAGOA sem os quiosques até amanhã. *Jornal Correio da Paraíba*, João Pessoa, 22 de agosto de 2015. Caderno A, p. 2.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade capital**. Tradução Maria Helena Paula Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MARX, K. **O Capital**. 18.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 (Livro1, V, L.).

MATA ATLÂNTICA PABAÍBA. Disponível em: <<http://matatlanticapb.blogspot.com.br>> Acesso em: 15 de junho de 2015.

MOURA JUNIOR, Cosme Oliveira. **Economia, cotidiano e sociabilidade no comércio de rua**: o caso de São Luís. São Luiz: EDUFMA, 2010.

NOVO parque deve ser entregue em junho de 2016. *Jornal Correio da Paraíba*, João Pessoa, 03 de setembro de 2015. Caderno B, p. 1.

PARA CARTAXO, crise não afeta João Pessoa. *Jornal Correio da Paraíba*, João Pessoa, 13 de janeiro de 2015, p. 2.

PARAÍBA ON-LINE. Disponível em: <<http://www.paraibaonline.com.br>> Acesso em: 31 de maio de 2015.

PMJP inicia limpeza da Lagoa. *Jornal Correio da Paraíba*, João Pessoa, 03 de julho de 2015. Caderno A, p. 5.

POVO TEM medo da Lagoa sem quiosques. *Jornal Correio da Paraíba*, João Pessoa, 10 de julho de 2015. Caderno B, p. 4.

RAMOS, Jair Ranieri Almeida. A Arborização Urbana e os Reflexos Socioambientais. In: SEABRA, Giovanni (org). **Educação Ambiental**. João Pessoa: UFPB, 2009. p. 197-210.

RIBEMBOIM, Jacques. Por uma “agenda marrom”. In: SEABRA, Giovanni (org). **Terra**: cidades, natureza e bem-estar. João Pessoa: UFPB, 2012. p. 17-24.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e tempo, Razão e Emoção. 4.ed. 4 Reimpressão. São Paulo: USP, 2008.

SANTOS, Milton. **Espaço dividido**: os dois circuitos da Economia Urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução de Mynat. Reg Viana- Rio de Janeiro: F. Alves, 1997.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. São Paulo, Recife: Ucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **Economia espacial**: críticas e alternativas. Tradução Maria Irene de Q.F.Szmrecsányi. 2.ed. São Paulo: USP, 2003.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Geografia além do professor**. Conferência de Abertura do I Encontro Regional de Estudantes de Geografia do Sudeste realizado na UFJF em Juiz de Fora - MG. Transcrição de Cláudio Ubiratan Gonçalves. 1996. Disponível em: <http://www.miltonsantos.com.br/site/wpcontent/uploads/2012/02/Geografia_A1%C3%A9m_do_professor_%20%20MiltonSantos1996.pdf>. Acesso em: 23 de agosto de 2015.

SETE árvores são cortadas na lagoa. *Jornal Correio da Paraíba*, João Pessoa, 20 de julho de 2015. Caderno A, p. 2.

SILVA, Ligia Maria Tavares da. **João Pessoa**: qualidade de vida e planejamento urbano. *Política Hoje*, Recife, UFPE, v. 3, n.6, p. 61-78, 1996. Disponível em: <www.ligiatavares.com>. Acesso em 12 de abril de 2015.

SILVA, Ligia Maria Tavares da. Espaços Verdes em João Pessoa: Planejamento e Realidade. In: Seabra, Giovanni. (Org.). **Terra, cidades, natureza e bem estar**. 1.ed. João Pessoa: UFPB, 2012, v. 1, p. 185-200. Disponível em: <www.ligiatavares.com>. Acesso em 12 de abril de 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Abc do desenvolvimento urbano**. 6.ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SOUZA, Maria Adélia de. **Governo urbano**. São Paulo: Nobel, 1988.

TAVARES, Lígia. Disponível em: <<http://www.ligiatavares.com>> Acesso em: 20 de outubro de 2015.

TAVARES, Lígia. **Podcasts**: meio ambiente e sustentabilidade. Disponível em: <<http://cbn.jornaldaparaiba.com.br/ligia-tavares>> Acesso em: 20 de outubro de 2015.

YAGIZI, Eduardo. **O mundo das calçadas**. São Paulo: Humanitas/ FFLC/ USP: imprensa oficial do Estado. 2000.